

Francielle Werner Heming

**A IMPORTÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PARA O  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL DO VALE DO TAQUARI**

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade de Santa Cruz do Sul para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosa Valentim

Santa Cruz do Sul

2016

## RESUMO

Este trabalho tem como tema central, as micro e pequenas empresas e o desenvolvimento econômico regional do Vale do Taquari. A participação das micro e pequenas empresas na economia regional é considerada um dos fatores determinantes na busca do desenvolvimento econômico local. Assim, procurou-se primeiramente conhecer a literatura que aborda o assunto desenvolvimento endógeno, assim como desenvolvimento local e regional e as abordagens teóricas sobre as micro e pequenas empresas para então apresentar a região do Vale do Taquari de uma maneira geral e após conhecê-la através dos principais indicadores de desenvolvimento econômico e social, assim como os principais agentes de desenvolvimento regionais. Os aspectos econômicos e sociais, assim como a apresentação das micro e pequenas empresas foram obtidos através de dados secundários a partir de fontes consultadas. A análise dos dados constatou a importância das micro e pequenas empresas como agentes de desenvolvimento econômico regional do Vale do Taquari, concluindo que essas empresas são fundamentais para o processo de desenvolvimento econômico local/regional, pois são agentes internos de desenvolvimento, geram renda e emprego para a população que por sua vez gastam sua renda internamente, causando um efeito multiplicador e criando o capital social que acaba por refletir em maiores investimentos em educação, saúde, infraestrutura e etc. na própria região, ou seja, endogenamente.

**Palavras-Chave: Desenvolvimento econômico, Micro e pequenas empresas, Desenvolvimento regional**

## **ABSTRACT**

This work is focused on the micro and small businesses and regional economic development of the Taquari Valley. The participation of micro and small enterprises in the regional economy is considered one of the determining factors in the pursuit of local economic development. So, we tried to first know the literature that addresses the issue of endogenous development, as well as local and regional development, theoretical approaches to micro and small businesses to then present the Taquari Valley region in general and after to know it through the main indicators of economic and social development. The economic and social aspects, as well as the presentation of micro and small businesses were obtained through secondary data from sources consulted. Data analysis found the importance of micro and small businesses and regional economic development agents of the Taquari Valley, concluding that these companies are key to the process of local / regional economic development, as are internal development agents, generate income and employment for the population which in turn turn spend their income internally, causing a multiplier effect and creating capital social that ultimately reflect in greater investment in education, health, infrastructure, etc. in the region itself, or endogenously.

**Keywords: Economic development, micro and small businesses, regional development**

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – PIB Produto Interno Bruto dos municípios do Vale do Taquari	48
Quadro 2 - PIB Vale do Taquari e Rio Grande do Sul	49
Quadro 3 – PIB per capita dos municípios do Vale do Taquari	50
Quadro 4 – PIB per capita Vale do Taquari e Rio Grande do Sul	51
Quadro 5 – IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico geral Vale do Taquari e Rio Grande do Sul	53
Quadro 6 – IDESE bloco educação Vale do Taquari e Rio Grande do Sul	54
Quadro 7 – IDESE bloco renda Vale do Taquari e Rio Grande do Sul	55
Quadro 8 – IDESE bloco saúde Vale do Taquari e Rio Grande do Sul	56
Quadro 9 – Nº de micro e pequenas empresas por atividade econômica Vale do Taquari e Rio Grande do Sul	69
Quadro 10 – Empresas por porte Vale do Taquari e Rio Grande do Sul	70
Quadro 11 – Número de empregos por porte de empresa Vale do Taquari e Rio Grande do Sul	71
Quadro 12 – Faturamento das micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional Vale do Taquari e Rio Grande do Sul	72
Quadro 13 – Índice de desenvolvimento municipal para micro e pequenas empresas do Vale do Taquari	74

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – PIB Produto Interno Bruto Rio Grande do Sul e Vale do Taquari	49
Gráfico 2 – PIB per capita Vale do Taquari e Rio Grande do Sul	51
Gráfico 3 – IDESE geral Rio Grande do Sul e Vale do Taquari	53
Gráfico 4 – IDESE bloco educação Rio Grande do Sul e Vale do Taquari	54
Gráfico 5 – IDESE bloco renda Rio Grande do Sul e Vale do Taquari	55
Gráfico 6 – IDESE bloco saúde Rio Grande do Sul e Vale do Taquari	56
Gráfico 7 – Nº de micro e pequenas empresas por atividade econômica Vale do Taquari e Rio Grande do Sul	69
Gráfico 8 – Empresas por porte Vale do Taquari e Rio Grande do Sul	70

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
1.1 Problema.....	11
1.2 Objetivos.....	11
1.2.1 Objetivo geral.....	11
1.2.2 Objetivos específicos.....	11
1.3 Justificativa.....	12
1.4 Metodologia.....	12
<b>2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL, REGIONAL E ENDÓGENO, CAPITAL SOCIAL E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....</b>	<b>14</b>
2.1 Desenvolvimento local/regional.....	14
2.2 Desenvolvimento endógeno.....	23
2.3 O Capital social e o desenvolvimento regional.....	29
2.4 As micro e pequenas empresas.....	37
<b>3 A REGIÃO DO VALE DO TAQUARI - CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA REGIONAL.....</b>	<b>46</b>
3.1 A região do Vale do Taquari.....	46
3.2 Aspectos econômicos do desenvolvimento do Vale do Taquari.....	47
3.3 Aspectos sociais do desenvolvimento do Vale do Taquari.....	51
3.4 CODEVAT Conselho regional de desenvolvimento do Vale do Taquari.....	58
<b>4 ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COMO AGENTES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO VALE DO TAQUARI.....</b>	<b>68</b>
4.1 As micro e pequenas empresas – são importantes para o desenvolvimento regional?.....	68
4.2 As micro e pequenas empresas como agentes regionais de desenvolvimento.....	74
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>80</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, com o advento da globalização, surgiu a necessidade de uma reestruturação do sistema produtivo e da divisão internacional do trabalho, os mercados ganharam dimensão global, flexibilização e descentralização. As novas tecnologias, os meios de comunicação e os transportes surgiram para facilitar e fortalecer o funcionamento das organizações e a interação entre os agentes. Assim, na medida em que as regiões vão se ligando ao mundo, elas passam também a sofrer influência do mesmo. Desse modo, cada vez mais, fenômenos globais manifestam-se nos meios locais e vice-versa.

O processo de globalização “traduz-se por um aumento da concorrência nos mercados, o que implica a continuidade dos ajustes do sistema produtivo de países, regiões e cidades mergulhadas na globalização” (BARQUERO, 2002, p. 13). Desta forma, a globalização trouxe a necessidade de buscar estratégias para tornar mais competitivas as regiões e cidades num mundo globalizado e de maior concorrência e ao mesmo tempo encontrar uma maneira de atender às necessidades dos cidadãos, levando em conta a pessoa humana, o econômico e o equilíbrio ambiental, a curto, médio e longo prazos. Neste sentido é importante observar que:

São os seguintes, dentre outros, os fatores responsáveis pela aceleração do processo de globalização: as mudanças nas políticas econômicas e comerciais, que generalizaram a liberalização dos mercados de bens, serviços e fatores; as novas estratégias das empresas multinacionais, que tiram proveito das oportunidades de localização viabilizadas pela integração; e a introdução de inovações nos transportes e nas comunicações, que contribuem para a integração dos mercados e a produção multinacional, reduzindo os custos de produção e das trocas (GLOBALIZAÇÃO, 1996 apud BARQUERO, 2002, p. 14).

Para isso, compreendendo desenvolvimento dentro do aspecto competitivo, pessoas e governos ao pensar em promover o desenvolvimento das regiões e comunidades, voltam-se totalmente ao aspecto econômico, como questões financeiras, arrecadação de tributos, geração de receitas, porém deve-se dar atenção também ao social, cultural, constituindo desenvolvimento humano e social sustentável. Por isso, há a possibilidade de que nasçam e se desenvolvam múltiplas regiões de desenvolvimento que é decorrente do próprio processo de transformação do sistema capitalista e é funcional ao mesmo. Parte-se do pressuposto que o processo de regionalização socioambiental de desenvolvimento capitalista é

necessidade do processo de globalização econômica e também possibilidade de um desenvolvimento local diferenciado e diferenciador. Já que ao visualizar a região de uma forma mais ampla, tanto econômica como socialmente, o sistema capitalista recupera o espaço para o diferente, o diverso, o plural, o heterogêneo, alternativas das múltiplas regiões no processo de desenvolvimento global. Em outras palavras, abre-se espaço para a competição inter-regional e, assim, para a regionalização do desenvolvimento global contemporâneo (BECKER, 2003).

Quando a sociedade sente-se parte de um todo maior que busca o desenvolvimento e o bem estar da sua população e o sucesso do desenvolvimento econômico em termos de:

a) maximizar e fazer eficiente a criatividade social; b) engajar as coletividades conjuntamente nos projetos de desenvolvimento econômico, por quanto estão construídos na base do sentimento generalizado de pertença a uma unidade social e comunitária; e c) fazer, do engajamento, uma decisão não apenas ética e de valor solidário, mas eminentemente racional, porquanto maximiza os benefícios individualmente (RAMOS; MARINÓ, 2003, p. 223).

Para Ultramari e Duarte (2012) logo após a Segunda Guerra Mundial, tanto do lado comunista como do lado capitalista, imaginou-se a possibilidade de um desenvolvimento generalizado para todos os países, o modelo de desenvolvimento seria aquele das nações com alto índice de produção industrial. Porém os indicadores para medir estes números eram também de caráter industrial ou mais genericamente, econômico, em grandes números e não abrangiam as questões que viriam a interessar nas décadas seguintes. Desta forma:

Na nova concepção de desenvolvimento econômico ganham importância, entre outros, alguns componentes socioculturais. Assim o espaço deixa de ser contemplado simplesmente como suporte mais valorizados os territórios e as relações entre os atores sociais, suas organizações concretas, as técnicas produtivas, o meio ambiente e a mobilização social e cultural (MARTINELLI; JOYAL, 2004, p. 6).

A chegada da globalização, provocou descentralização e flexibilização dentro e fora das empresas, a Constituição Federal de 1988 juntamente com a crise fiscal do Estado atribuiu aos municípios novas responsabilidades, intensificou-se o debate sobre as possibilidades da gestão local do desenvolvimento e exigiu que estes se posicionassem como agente de desenvolvimento. Houve uma passagem de um momento meramente econômico para um momento político, provocou a abertura



das economias nacionais, impactou custos e preços relativos, surgindo a necessidade das empresas levarem mais em conta fatores locais para definição de suas estratégias competitivas e promoveu avanços tecnológicos fazendo ressurgir uma necessidade de procurar identidades políticas, sociais e econômicas no âmbito local e regional. Deixando de lado as abordagens teóricas que consideravam o Estado Nacional e as grandes empresas como agentes únicos do desenvolvimento econômico, cabendo às esferas locais apenas a gestão de equipamentos e serviços públicos e a regulação de algumas atividades (MARTINELLI; JOYAL, 2004).

Para assim poder se diferenciar, encontrando uma identidade própria, sobrevivendo em um ambiente de grande competitividade. Para Martinelli e Joyal (2004, p. 2), “quando se fala em diferenciação, inclui-se competição e desigualdade, sendo que o mais importante é oferecer melhores condições para atrair bons investimentos”.

É nesse contexto que surge a abordagem do desenvolvimento local, como uma forma de amenizar essa desigualdade, preocupando-se também com questões sociais, gerando emprego e renda nas regiões em que estas organizações estão inseridas. Segundo Mallmann (2008) as aglomerações regionais, as ramificações industriais e a base econômica, a partir de 1980 modificaram a natureza das vantagens comparativas e a receita para o sucesso do desenvolvimento econômico em países e regiões. Para Ramos e Mariño (2003, p.223), “[...] dependendo do grau ou nível de integração social entre as classes, estratos e grupos sociais, a sociedade –ou a microrregião– poderá conduzir, ou não, pela via da democratização do poder formal, um processo de desenvolvimento econômico”.

Do ponto de vista do desenvolvimento local, o espaço deixa de ser apenas um suporte físico das atividades e processos econômicos, passando a serem mais valorizadas as pessoas que fazem parte deste território e que empreendem ações para alcançar o desenvolvimento dessas economias, o meio ambiente, e a mobilização social e cultural.

Ademais, ainda que o mercado seja global, suas fontes de sustentação serão regionais, pois carregam a marca da interação com o lugar do qual a organização se serve de seres humanos, energia, matérias-primas, infraestrutura física, tecnológica e institucional. Nesse contexto, entende-se que a falta de uma abordagem sistêmica nos processos de gestão das organizações, integrando atendimento ao mercado, qualidade, proteção

ambiental e às demandas sociais, é um dos fatores a inibir a harmonia, a convergência e o equilíbrio nos processos econômicos e organizacionais de desenvolvimento regional (OLIVEIRA; WITTMANN, 2003, p. 287).

Há grande proximidade entre o conceito de desenvolvimento regional e desenvolvimento endógeno. “O conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo interno de ampliação contínua de agregação de valor na produção, bem como da capacidade de absorção da região” (MARTINELLI; JOYAL, 2004 p. 11). O resultado disto será geração de renda e produto interno regional segundo um modelo de desenvolvimento regional a ser estabelecido e seguido.

Neste contexto de globalização, desenvolvimento local/regional e desenvolvimento endógeno surge a figura das micro e pequenas empresas <sup>1</sup> como um destaque especial no atual cenário socioeconômico, gerando emprego, parte da renda nacional, participando dos processos produtivos e além das questões econômicas, a parte social também, com redução de desigualdades sociais, aumento da qualidade de vida e desenvolvimento de regiões e municípios.

A importância das micro e pequenas empresas pode ser vista através dos estudos de Chiavenato (1994, p. 3) “as pequenas empresas constituem o cerne da dinâmica da economia dos países, as impulsionadoras dos mercados, as geradoras de oportunidades, as proporcionadoras de empregos mesmo em situação de recessão”.

A participação das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento regional é de grande importância para a economia pela capacidade de empregar parte da mão de obra, adequarem-se melhor ao ambiente devido à proximidade com a comunidade, os funcionários, os clientes e os fornecedores. A importância das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento regional do Vale do Taquari,

---

<sup>1</sup> Micro e pequenas empresas podem ser classificadas no mínimo por dois aspectos: classificação de porte, segundo o número de funcionários, ou de acordo com o faturamento bruto anual. Segundo o regime de tributação simples as microempresas e empresas de pequeno porte são classificadas, através da Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, citado pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) como microempresa apresentando receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e se a receita anual for superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 classifica-se como empresa de pequeno porte. Classifica-se também pelo conceito de pessoas ocupadas. Para microempresas na indústria e na construção civil até 19 pessoas ocupadas. No comércio e nos serviços até nove pessoas ocupadas. Para empresas de pequeno porte na indústria e construção civil de 20 a 99 pessoas ocupadas, no comércio e serviços, de 10 a 49 pessoas ocupadas. Neste trabalho para fins de definição de micro e pequenas empresa utilizaremos o critério do SEBRAE, segundo o número de pessoas ocupadas.

bem como o entendimento de desenvolvimento local/regional, desenvolvimento endógeno, os contornos que envolvem o conceito de micro e pequena empresa no Brasil, informações sobre geração de renda, empregos e sua participação no mercado empresarial serão discutidos neste trabalho.

## **1.1 Problema de pesquisa**

Qual a importância das micro e pequenas empresas no desenvolvimento econômico regional do Vale do Taquari? Ou seja, a contribuição das micro e pequenas empresas é fator relevante para o desenvolvimento econômico regional do Vale do Taquari?

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

Analisar a importância e a contribuição das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento econômico regional do Vale do Taquari.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- Revisar a literatura que aborda o desenvolvimento – local/regional/endógeno;
- Discutir a importância das micro e pequenas empresas no desenvolvimento regional endógeno;
- Apresentar as características socioeconômicas da região destacando as variáveis econômicas e sociais do Vale do Taquari que levam ao desenvolvimento econômico regional;
- Analisar a participação das micro e pequenas empresas na economia regional endógena;

### **1.3 Justificativa**

Desde os anos 1980, com maior força nos anos 1990, ocorreram muitas modificações no sistema produtivo, trazendo mudanças consideráveis no desenvolvimento econômico brasileiro, serviram para extinguir sistemas ineficientes, em termos de competição e ao mesmo tempo trouxeram a necessidade da busca de formas mais eficazes de produção, com novas técnicas, novas tecnologias, práticas de gestão e organização das empresas.

Porém nesta mesma época o capitalismo passou por um período de alto índice de desemprego, onde trabalhadores mesmo com qualificação técnica perderam seus empregos. Ao mesmo tempo trouxe a prática do que hoje chama-se empreendedorismo, onde as pessoas começaram a abrir seus próprios negócios como fonte de renda.

A partir desse contexto começaram a surgir as micro e pequenas empresas, que com suas características familiares, com uma identidade regional, priorizaram potencialidades, limitações e especificidades de cada uma das regiões e passaram a ser de grande importância para o desenvolvimento regional. Em função de sua capacidade de alocação de mão de obra, de geração de renda, sua preocupação social e sua contribuição para o produto interno, buscando melhores condições sociais e econômicas.

A participação e colaboração das micro e pequenas empresas no desenvolvimento das regiões onde foram instaladas torna-se um tema interessante, uma vez, que o desenvolvimento ocorre de dentro para fora, ou seja, de forma endógena, gerando assim muitos benefícios à comunidade, desde melhores condições econômicas, sociais e ambientais, tornando-se uma alternativa de desenvolvimento econômico sustentável frente à globalização econômica.

### **1.4 Metodologia**

Tendo em vista que o principal objetivo dessa pesquisa é analisar de que forma as micro e pequenas empresas contribuem para o desenvolvimento regional do Vale do Taquari, foi feita uma pesquisa bibliográfica, iniciando com uma revisão de literatura de material já existente sobre o tema para demonstrar a contribuição das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento regional.

Gil (1991) salienta que estudos dessa natureza apresentam como objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno ou, então, estabelecer relações entre as variáveis estudadas. Estas pesquisas podem ser classificadas quanto às características do estudo como: estudo exploratório, estudo descritivo, estudo de caso, pesquisa documental e pesquisa-ação. Não há interferência do pesquisador, o qual apenas procura entender a frequência com que determinados fenômenos ocorrem.

Nesse sentido, o trabalho foi realizado com base numa revisão da literatura sobre desenvolvimento econômico, desenvolvimento local/regional, desenvolvimento endógeno com foco na importância das micro e pequenas empresas para tal processo. As principais referências consultadas foram, por ordem, os livros especializados sobre o tema e, em seguida, as publicações que se referem especificamente à questão da contribuição das micro e pequenas empresas no desenvolvimento regional, como artigos e outros.

Abordou-se o fenômeno da globalização como um processo estritamente ligado ao desenvolvimento econômico, através da abertura de mercado, modernização dos meios de comunicação, liberalização econômica. Na sequência, o foco foi concentrado no desenvolvimento local/regional, como característica de desenvolvimento econômico, em que a ênfase ao desenvolvimento de uma determinada região com a participação dos agentes regionais de desenvolvimento, desta maneira ocorre o desenvolvimento endógeno, o capital social vem como consequência desta participação ativa dos agentes no processo de desenvolvimento. Por fim, dissertou-se sobre as micro e pequenas empresas onde todas as abordagens levam a uma discussão que busca analisar a contribuição das mesmas para o desenvolvimento econômico regional do Vale do Taquari.

## **2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL, REGIONAL E ENDÓGENO, CAPITAL SOCIAL E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Este capítulo apresenta os fundamentos conceituais que permitem dar suporte à análise, qual seja a importância das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento regional. A base teórica utilizada nesse estudo, sobre o desenvolvimento econômico local/regional<sup>2</sup>, desenvolvimento endógeno, capital social e micro e pequenas empresas, se sustenta nas obras de autores que discutem os temas propostos. As questões relativas ao desenvolvimento buscam analisar de forma integrada os fatores econômicos, sociais e políticos desencadeadores desse processo.

### **2.1 Desenvolvimento local/regional**

O fenômeno da globalização modificou profundamente a estrutura tanto econômica como social. Passou a integrar os países e pessoas do mundo todo emergindo novas necessidades e demandas que necessitam ser incorporadas às estratégias de empresas e regiões, como a necessidade de reestruturação de sistemas produtivos, para enfrentar o aumento da concorrência e acompanhar a transformação das condições de mercado, introduzindo mudanças produtivas, comerciais, tecnológicas e organizacionais para tornar as regiões e cidades mais competitivas. Conjugando eficiência na alocação de recursos tanto públicos como também privados, equidade na distribuição da renda e também do emprego e sustentabilidade em termos de meio ambiente.

Um novo paradigma percorre o mundo há uma década: a globalização da economia e da sociedade. Os sistemas produtivos e os mercados adquirem, paulatinamente, uma dimensão global, o Estado cede seu papel de protagonista e sua liderança às empresas inovadoras (geralmente multinacionais), ao mesmo tempo em que as novas tecnologias de informação, os transportes e as comunicações fortalecem o funcionamento das organizações e a sua interação (BARQUERO, 2002, p.13).

---

<sup>2</sup> Cabe destacar que desenvolvimento local/regional foi estudado de forma integrada, sem o intuito de diferenciá-los enquanto conceitos.

Neste cenário de globalização, abertura econômica, mudanças macroeconômicas internacionais, modernização dos meios de comunicação com inserção de mais tecnologia, melhoramento dos meios de transporte, constituição de mercados em escala internacional, pode-se muitas vezes pensar que o efeito de tudo isso seja sentido apenas no âmbito global, ao contrário o efeito disso tudo é sentido nas economias locais e regionais onde a intervenção do Estado na condução de políticas econômicas diminuiu, estimulando o processo de descentralização. Este contexto é reforçado pelo processo de reconfiguração dos padrões de produção e pela internacionalização dos fluxos de capital. Essas mudanças expressam um alto desenvolvimento tecnológico que traz no seu bojo um importante aumento do desemprego estrutural, que pressiona os governos locais a buscarem alternativas para enfrentar o problema.

O processo de desenvolvimento contemporâneo, ao mesmo tempo em que centraliza e transnacionaliza a reprodução ampliada do capital, descentraliza e regionaliza a reprodução social da vida. Com efeito, ao mesmo tempo em que provoca a abertura para fora, provoca uma abertura para dentro. Resulta desse processo uma relativa desestruturação das macroestruturas (...) e uma necessária reestruturação das microestruturas locais (regionais) (BECKER; BANDEIRA, 2000, p. 13).

Desta forma abre-se caminho para a existência de múltiplos modelos de desenvolvimento. Segundo Beck (1997), citado por Becker e Bandeira (2000, p. 13),

[...] hoje não há um só modelo de desenvolvimento, mas vários modelos, dando forma e conteúdo a uma tendência de passagem das megadecisões, das macropolíticas, dos grandes projetos de desenvolvimento como forma predominante para uma crescente participação das micro e mesodécisões, micro e mesopolíticas e dos pequenos e mesoprojetos, que levam à definição e constituição de múltiplas formas de inserção subordinada ou autônoma de cada lugar no processo global de desenvolvimento.

Desta maneira, cada comunidade, localidade poderia optar por um processo de desenvolvimento que afirmasse seus valores e seus recursos, tanto culturais, econômicos, éticos, naturais e morais, para então melhor participar do processo de desenvolvimento mundial. Assim “ao pensarmos em políticas de desenvolvimento econômico na atualidade, precisamos, necessariamente, pensar nas escalas locais e regionais” (ULTRAMARI; DUARTE, 2012, p. 10). Na mesma linha de pensamento, Becker e Bandeira citam:

Para se pensar local e agir globalmente, há necessidade de informações transformadas em conhecimento sobre e para o desenvolvimento da região, tendo em vista que as regiões, nessa nova condição, deixam de ser versões locais do desenvolvimento nacional, para adquirirem uma dinâmica própria e específica, com o que acabam adquirindo especificidades próprias que passam a exigir teorias, também próprias, para explicar e compreender o desenvolvimento do lugar (BECKER; BANDEIRA, 2000, p. 14).

Do ponto de vista da necessidade de inserção do regional no global:

“Já não basta o pensar global e o agir local; é preciso ir além, pensar local e agir globalmente”. Há a necessidade de inserção autônoma do regional no global, a fim de se obter “vantagem competitiva sustentável em longo prazo” do lugar, ligada aos agentes local-regionais. O movimento social local firma “relações de cooperação entre os agentes regionais do desenvolvimento, tendo em vista a reprodução social e ambiental do lugar/local. Isso gera o reconhecimento, pelo capitalismo, da importância da região. A valorização do local permite a participação social no desenvolvimento regional, “garantindo adaptação rápida às constantes mudanças provenientes do dinamismo global” (OLIVEIRA; WITTMANN, 2003, p. 289).

Desenvolvimento econômico juntamente com o desenvolvimento da população em geral e do ambiente ao seu redor. O mundo globalizado acabou trazendo essa nova concepção de desenvolvimento, cujo cerne está pautado em condições mais adequadas para propiciar a redução da desigualdade e da pobreza. Para Dotto et al (2003, p. 242), “sob essa ótica, o desenvolvimento deve respeitar a pluralidade cultural e política que identifica o perfil das regiões, de modo que seja viável adequar-se aos interesses das comunidades, promovendo uma integração entre o rural e o urbano, o político e o econômico.”

Conforme Ultramari e Duarte (2012) uma vez que a tentativa de generalizar o desenvolvimento econômico em todos os países foi frustrada, surgiu a desconfiança de que esse desenvolvimento não se preocupava com a equidade. A urgência de um novo modelo de desenvolvimento aumentou a partir da constatação de que o crescimento das grandes empresas e o dinamismo econômico não se irradiam homogeneamente para todas as regiões de um país e nem permitem uma distribuição equitativa de renda entre os diversos grupos sociais.

Na mesma linha de pensamento Santiago (2012) citado por Grabowski e Badalotti (2014), destaca que o desenvolvimento local é caracterizado pela superação da visão que atrela o desenvolvimento exclusivamente a aspectos econômicos que liga a expansão do estoque de capital presente em determinado território. Ao contrário, propõe um novo modelo de relações interinstitucionais, constituído pela cooperação entre Estado, mercado e sociedade civil organizada, que deve adotar a postura do protagonismo local. Segundo ele, o conceito de desenvolvimento local deve ser representado pela combinação do fortalecimento institucional dos governos locais, do impulso à participação cidadã na cooperação público-privada, do avanço da democracia e do fomento às bases produtivas locais, micro e pequena empresa.



Tem-se de um lado a dinâmica econômica das empresas de valorização de capital e do outro lado, regionalmente, a dinâmica socioambiental de valorização da vida. Assim como lembra Becker (2003, p. 108), “[...] o desenvolvimento local é a aparência singular, elementar e individualizada da complexa trama/rede de determinações e relações que organizam e dinamizam o desenvolvimento contemporâneo globalizado.”

O desenvolvimento local/regional vai além de abordar os determinantes econômico-corporativos e os socioambientais do desenvolvimento contemporâneo.

Procura pensar o desenvolvimento local/regional como uma necessidade do próprio sistema capitalista. Uma vez que o sistema, ao mesmo tempo em que com uma mão transnacionaliza e homogeneiza, com a outra regionaliza e heterogeneiza e, com as duas, flexibiliza e recria a competição dos sujeitos, no tempo e no espaço, do processo de desenvolvimento, renovando os determinantes e os desafios do desenvolvimento local-regional (BECKER; BANDEIRA, 2000, p. 20).

Com o enfraquecimento do poder do Estado e o estímulo aos processos de descentralização, o poder local viu suas atribuições e responsabilidades modificadas, buscando superar os desequilíbrios através do incentivo aos territórios com potencialidades de desenvolvimento competitivo, exigindo que passassem a atuar como agentes de desenvolvimento. Assim, “somente o desenvolvimento da capacidade de a “região tornar-se sujeito” cria algumas possibilidades de as regiões deixarem de ser objeto de interesses externos” (DALLABRIDA; BECKER, 2003, p.181). Como lembra Becker (2003, p. 61), “[...] devemos entender desenvolvimento regional como um processo de transformações econômicas, sociais e políticas, cuja dinâmica é originada de dentro para fora e por iniciativa própria desses sujeitos coletivos regionais”.

Segundo Agostini (2015) o desenvolvimento regional busca o respeito aos valores de cada região, propondo alteração da função do Estado e da sociedade organizada em transformar a democracia participativa em participante, considerando as diversidades socioculturais, as regiões poderão promover a cultura da democracia.

Desta maneira o desenvolvimento local parte da ideia de que os vários atores da sociedade, como empresas, governos, cidadãos de determinada localidade se interligam e formam um conjunto de características econômicas da região, que propõem contribuir para a distribuição territorial da renda e também do emprego perante a aplicação de incentivos e a realização de investimento em infraestrutura,

assegurando para o território em questão, uma melhoria das condições socioeconômicas, tanto a médio como longo prazo. O desenvolvimento regional seria resultado do envolvimento direto dos agentes da região, tanto na parte da economia, como social e política buscando a execução e concepção de um projeto de desenvolvimento próprio. Assim com a dinâmica de desenvolvimento local é possível viabilizar de uma forma eficiente, uma resposta local aos desafios impostos pela globalização, possibilitando otimizar suas vantagens competitivas e incentivar o desenvolvimento econômico. Tendo como finalidade o progresso permanente da região, da comunidade local como um todo e de cada indivíduo que faz parte dela.

[...] a dinâmica econômica e o ajuste produtivo dependem das decisões sobre investimento e localização tomadas pelos atores econômicos, sendo também uma função dos fatores de atração de cada território. Trata-se, portanto, de uma questão que condiciona a dinâmica econômica das cidades e regiões e que, por sua vez, é afetada pelo comportamento dos atores locais (BARQUERO, 2002, p.15).

Segundo o estudo sobre o desenvolvimento local apresentando o Projeto Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local (2005-2006), citado por Han (2009, p. 9) “existem oito principais barreiras na prática do desenvolvimento local: financiamento e comercialização, tecnologia, desenvolvimento institucional, informação, comunicação, educação e capacitação, trabalho, emprego e renda e sustentabilidade ambiental”. A interação entre os agentes da sociedade, como destacado acima, é fundamental para superar estes obstáculos.

A interação entre os diferentes segmentos da sociedade civil e a administração pública, por meio da participação local na formulação e na implementação das ações governamentais, deve ser vista como um instrumento importante para a consolidação de relações de confiança entre os atores sociais, políticos e econômicos, públicos e privados, contribuindo, portanto, a longo prazo, para a acumulação de capital social (BECKER, 2003, p. 16).

Dados estatísticos e políticas públicas mostram a importância das micro e pequenas empresas para a geração de renda e emprego da mesma forma a Constituição Federal brasileira de 1988 prevê tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas visando ao incentivo para garantir o fortalecimento de sua contribuição no processo de desenvolvimento econômico e social. O acesso ao financiamento através do crédito de políticas públicas pode ser conseguido através das linhas Proger (Programas de Geração de Emprego e Renda) e BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)/Finame (Agência Especial de Financiamento Industrial) ou também através do microcrédito.

Para Guerra e Teixeira (2010), essas barreiras podem ser ultrapassadas pelas micro e pequenas empresas, pois elas ocupam espaços em segmentos produtivos, nos quais, as grandes empresas se apresentam de maneira incompleta e esporádica; relacionam-se com a grande empresa de forma complementar e subordinada; com a impossibilidade de padronização dos produtos acabam por fabricar produtos personalizados e com maior valor ao cliente, atendimento a pequenos mercados locais criando uma sensação de pertencimento, possibilidade de convivência de novos métodos de produção ou de organização industrial, introduzidos pelas grandes empresas, com antigas formas localizadas nas pequenas unidades.

As concepções clássicas de desenvolvimento regional foram mudando ao longo do tempo, conforme as transformações estruturais da economia. Para Fochezatto (2010) essa evolução da teoria de desenvolvimento regional pode ser vista em três grupos de teorias bem distintas. O primeiro grupo, que vai até meados do século passado é composto pelas teorias tradicionais de localização industrial, os autores mais destacados foram Von Thünen, Weber, Cristaller, Lösch e Isard. Eles centram as atenções em dois pontos característicos da vida econômica que são distância e área, a preocupação básica desta teoria seria definir modelos de localização da produção, de forma a minimizar os custos de transporte. O segundo grupo, que vai até a década de 80, é composta por três principais teorias a dos Pólos de Crescimento, de Perroux; a da Causação Circular Cumulativa, de Myrdal; e a dos Efeitos de Encadeamento para trás e para frente, de Hirschman. Estas teorias enfatizam as interdependências setoriais como fator de localização das firmas e de desenvolvimento da região. E a partir da década de 80, um terceiro grupo de teorias começou a surgir, tendo como foco principal as externalidades dinâmicas do tipo marshallianas (concentração do mercado de trabalho, oferta de insumos especializados e intercâmbio tecnológico).

Segundo Mallmann (2009) a concepção contemporânea de desenvolvimento regional reconhece que se trata de um processo com três estágios: contextual, estratégico e político. Contextual refere-se à globalização, abertura externa e interna. Estratégico diz respeito à competição internacional por capital, tecnologias e mercados. Político com acordos comerciais entre os países. Com a promoção do desenvolvimento regional, há a diminuição da desigualdade social, gerando

emprego e renda e trazendo para o centro da sociedade diversos segmentos sociais ora excluídos, como negros, mulheres, jovens e etc.

A regionalização do desenvolvimento global contemporâneo depende das políticas públicas, a sociedade deve aprender a usá-las, exigir, cobrar para que a região não seja meramente um território geográfico, mas que seja ator de seu próprio desenvolvimento. Pois a estratégia de desenvolvimento não afeta apenas as questões produtivas ou econômicas, ela também afeta dimensões culturais e sociais que por sua vez, afetam diretamente o bem estar da comunidade. E assim conforme as capacidades e características da comunidade e de sua economia levam a diferentes formas de desenvolvimento, criando uma identidade própria às comunidades locais. O objetivo é desenvolver a economia das regiões menos desenvolvidas, reforçar seu capital social e humano, estimulando a inovação, empreendedorismo, diversidade de atividades econômicas, criação de empresas, por meio de investimentos realizados por empresas e também pelo poder público e com o controle dos atores locais (empresas, sindicatos, administrações públicas, organizações da sociedade civil).

No tocante do capital social Bandeira (2001) em seu estudo, cujo eixo central era investigar quais as características socioculturais que contribuem para a determinação do capital social (como confiança, normas e sistemas) das regiões gaúchas, dividiu o território do Rio Grande do Sul em quatro macrorregiões, baseados na agregação dos 22 Conselhos Regionais de Desenvolvimento, sendo as macrorregiões denominadas: Nordeste 1, Nordeste 2, Norte e Sul, com base em características sociais, econômicas e culturais, objetivando contribuir na compreensão dos determinantes dos fatores sociais, políticos e culturais associados as desigualdades econômicas entre as regiões do estado. Para ele, capital social, associado ao capital físico e humano, é de fundamental importância para explicar as diferenças entre países e entre regiões, no tocante ao desenvolvimento econômico. Descobriu-se diferenças substanciais entre as macrorregiões. Foram propostas diferentes justificativas para esta desigualdade como em decorrência normal de uma economia de mercado, diferença de desenvolvimento em regiões favorecidas ou discriminadas pelo governo, alguns habitantes serem mais trabalhadores ou com maior capacidade empreendedora, concentração da propriedade da terra e da renda e por fim, problemas enfrentados pelos pequenos produtores.

Becker (2003) afirmou que as diferentes dinâmicas, determinadas pelo mercado, pela economia globalizada dos distintos processos de desenvolvimento local/regional contemporâneo advém da necessidade-possibilidade que constitui a região de desenvolvimento, de um lado tem-se a dinâmica econômico-corporativa de produção e reprodução de capital, e de outro lado, regionalmente, da dinâmica socioambiental de produção e reprodução da vida. Desta forma o autor destaca que:

Diante dessa dinâmica, algumas regiões conseguem responder, positiva e ativamente, aos desafios contemporâneos, construindo seus modelos de desenvolvimento, e outras, não; outras regiões conseguem desenvolver suas potencialidades, constituindo uma dinâmica própria local; outras, ainda, só conseguem aproveitar as oportunidades decorrentes da dinâmica global de desenvolvimento; ou, ainda, terceiras conseguem combinar eficientemente o desenvolvimento de suas potencialidades locais com o aproveitamento eficaz das oportunidades globais oferecidas pelo processo de desenvolvimento contemporâneo; por fim, quartas regiões não conseguem nem uma nem outra e tendem a desaparecer enquanto regiões de desenvolvimento (BECKER, 2003, p. 46).

Algumas regiões conseguem responder positivamente ao processo de globalização contemporânea criando modelos próprios de desenvolvimento e outras não, conforme Kumar (1997), citado por Becker (2003), essa diferença de desenvolvimento em relação às regiões, ocorre em função do estímulo aos valores culturais acumulados regionalmente, ou do “capital social” regional existente. Ao combinarem, de forma eficiente, o desenvolvimento de suas potencialidades locais com aproveitamento eficaz das oportunidades globais que o processo de desenvolvimento contemporâneo oferece, acabam por constituir uma dinâmica própria regional. Para se desenvolver, a região precisa ser diferente social, ambiental e culturalmente, ter diversidade econômica viável e ser plural em seus valores políticos e ideológicos.

Para Souza Filho (s.d.), fatores socioculturais sejam tanto de épocas passadas quanto de épocas recentes representam um ponto essencial na explicação das diferenças regionais. Mesmo assim, qualquer interpretação baseada apenas em um único fator certamente estará equivocada. As tradições cívicas, o capital social e práticas colaborativas sozinhas, não desencadeiam o progresso econômico. Porém elas são a base para as regiões enfrentarem e se adaptarem aos desafios e oportunidades da realidade presente e futura.

Mas, para uma região conseguir conciliar um processo de desenvolvimento autônomo e ao mesmo tempo capaz de viabilizar a valorização do capital, possibilitada pela esfera da flexibilidade, proporcionada por valores ético-morais fundamentados na política, há a necessidade de se superar dois desafios: um, passar de viabilizadores da valorização do capital financeiro para regiões diferenciadamente desenvolvidas; outro, usar de suas diferenças, suas diversidades e a pluralidade como base desse desenvolvimento (AGOSTINI, 2015, p. 11).

Para Agostini (2015), a região pode ser considerada como resultado da organização do território e a regionalização seria a construção do próprio processo, das particularidades através da interação com a totalidade. Desta maneira, o desenvolvimento regional acontece a partir das ações nos territórios construídos, apropriados pela sociedade, pois é no território que se identificam regiões ou lugares e neste processo de apropriação é que se constroem as regiões, determinadas tanto por interesses econômicos quanto sociais, políticos e culturais. Ainda segundo a autora são as particularidades regionais que podem resultar em desenvolvimento no aspecto territorial, destacando a dinâmica e diversidade de cada região e através disto, promover o desenvolvimento regional sustentável. Assim, não há condições de ocorrer um único modelo de desenvolvimento, mas sim múltiplas formas de desenvolvimento, a dinâmica e a diversidade de cada região possibilitam o surgimento particular de um desenvolvimento regional sustentável.

O desenvolvimento regional está relacionado com o uso efetivo das capacidades, competências e habilidades da comunidade e com a identidade social e histórica própria e territorialmente delimitada. Isto pode ser feito através do empreendimento e gestão dos seus potenciais e fatores, assim como, pela incorporação de conhecimentos e a transformação de possibilidades externas em oportunidades internas, de modo a solucionar problemas ou atender necessidades locais. Ele pode ser visto como um novo paradigma de desenvolvimento, emergindo da organização de uma comunidade em torno de uma estratégia de desenvolvimento de caráter integrador, sinérgico, sustentável e inteligente, comprometido com a sustentabilidade da vida humana e da natureza em suas várias dimensões, tendo como horizonte a manutenção das gerações futuras.

Em síntese, a necessidade dos projetos regionais de desenvolvimento local se deve ao fato de que cada vez mais as regiões são levadas a concorrer entre si na geração de condições “favoráveis” e atrativas para localizar em seu território investimentos produtivos. Em consequência, é preciso articular e mobilizar os agentes regionais do desenvolvimento, tendo em vista sua participação crescente e direta na construção de uma inserção diferenciada e alternativa no processo global de desenvolvimento contemporâneo (BECKER, 2000, p.144).

Como lembra Becker (2003), é a partir de alterações endógenas e em escala cada vez maior que um desenvolvimento regional manifesta mudanças estruturais ou qualitativas, cuja dinâmica é feita desde de dentro e por iniciativa própria dos atores locais e é em função disso que devemos entender o desenvolvimento regional como um processo de transformações econômicas, sociais e políticas. Dallabrida e Agostini (2009), também pensam que pensar o desenvolvimento regional, considerando de uma maneira estática os aspectos econômicos, sociais, político-ético-ideológico é considerar o local e o global na maneira dialética, com respeito ao passado e perspectivas futuras, no entanto, o diferencial de cada local é o que determinará o tipo de desenvolvimento que terá. Enfim, o desenvolvimento local caracteriza-se como um modelo de desenvolvimento centrado nas comunidades locais, que passam a desenvolver estratégias e criar ou captar meios para implementar processos permanentes de mobilização, organização e endogeneização de capacidades, competências e habilidades da comunidade.

## **2.2 Desenvolvimento endógeno**

A lógica apresentada sobre o desenvolvimento local/regional é de caráter fundamentalmente endógeno, já que necessita do surgimento e fortalecimento dos atores locais, com capacidade para incentivar e promover social e economicamente as potencialidades locais em um processo sustentável de desenvolvimento, apostando em uma melhora integral da qualidade de vida. São essas capacidades, habilidades, desenvolvidas pelos empresários locais, principalmente as micro e pequenas empresas familiares que dão suporte à chegada do desenvolvimento regional/local de maneira endógena, os atores locais fazem uma ação de dentro para fora e conforme os interesses sociais, econômicos e ambientais dos agentes de desenvolvimento da região.

E essas habilidades resultam diretamente da estrutura sociocultural de cada região de desenvolvimento. Portanto, a abundância desse capital social favorece a difusão de informações, facilitando os processos de inovação tecnológica, pois assegura uma maior facilidade para que os atores dessas regiões possam cooperar com ações políticas relevantes para a promoção do desenvolvimento (BECKER, 2002, p. 11).

O desenvolvimento regional é endógeno e originário da mobilização de forças sociais solidárias e inteligentes, em que a comunidade transforma-se no próprio sujeito do desenvolvimento do seu espaço de vida, ampliando suas margens de manobra e autonomia nas decisões a respeito de seus destinos. Conforme Dallabrida (2000), a perspectiva econômico-social imposta pelos atores hegemônicos em nível mundial não auxilia para formar um projeto autônomo de desenvolvimento regional, o que exige a inclusão da endogenização, trata-se, basicamente, de contemplar as necessidades e aspirações da coletividade regional no processo de desenvolvimento.

Através das modificações ocorridas nos processos de produção desde os anos 1970 e 1980 e principalmente, nos anos 90, conjuntamente ao declínio de regiões fortemente industrializadas e ao mesmo tempo a forte expansão de novas regiões economicamente, levaram a profundas transformações nas teorias e políticas de desenvolvimento regional. Superou-se a época em que os principais instrumentos de política regional eram apenas incentivo financeiro e grandes obras estruturais para dar lugar aos principais propulsores de desenvolvimento que são encontrados no ambiente interno e nas relações sociais existentes em uma região, ou seja, aumentando o estoque de capital social da comunidade, favorecendo a comunidade a organizar-se em busca de interesses comuns, estimulando soluções colaborativas para problemas comuns.

Em relação às estratégias de desenvolvimento local, o fato propulsor seria a resposta dos atores locais aos desafios colocados pelo aumento da competitividade, o que desencadearia os processos de desenvolvimento endógeno. Tanto as estratégias como as iniciativas de desenvolvimento local objetivam estimular o surgimento e a expansão das empresas locais, como as micro e pequenas empresas, e favorecer e fortalecer o desenvolvimento dos recursos específicos que determinam a capacidade de atração de empresas externas.

Para Amaral Filho (1996), o conceito de desenvolvimento endógeno, do ponto de vista espacial ou regional, pode ser entendido como um fenômeno interno de ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, como também sobre a capacidade de absorção da região, cujo resultado é a retenção do excedente econômico para a economia local ou atração de excedentes de outras regiões. Esse processo resultará na geração de emprego, de produto e de renda. O autor afirma ainda que há um novo paradigma de desenvolvimento regional



endógeno, o modelo de desenvolvimento passa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais e não mais pelo planejamento centralizado, ampliando as decisões autônomas dos atores locais.

É importante reafirmar o protagonismo da sociedade civil e das relações sociais na teoria endogenista.

Neste sentido, cabe aludir à existência de importantes traços diferenciais na organização e administração da estratégia de desenvolvimento endógeno, uma vez que, as políticas regionais tradicionais se encontravam a cargo da Administração do Estado, sendo aplicadas de forma centralizada, ao passo que, a política de desenvolvimento endógeno trabalha com uma gestão descentralizada. Deste modo, o desenvolvimento local, que pode ser referenciado tanto à comunidade, ao município, como à região, depende de uma complexa, demorada e contínua interação e sinergia entre fatores econômicos, políticos, sociais e culturais para acontecer (SCHMITT, 2010, p. 21).

Amaral Filho (2001) segue na mesma linha de pensamento, ele acredita que do ponto de vista do desenvolvimento regional, o desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico<sup>3</sup> que leva a uma contínua ampliação da capacidade de agregar valor sobre a produção, bem como da capacidade da região absorver, cujo resultado é a retenção do excedente econômico gerado na economia local ou atração de excedentes de outras regiões. Isso tudo resulta em ampliação do emprego, da renda, do produto tanto local como regional. “Inúmeras sociedades já perceberam esta dimensão do desenvolvimento, os aportes externos, são importantes, mas devem atuar como complementos a uma dinâmica que pertence à própria sociedade local” (AMARAL FILHO, 2001, p. 20). Essa dinâmica local para um desenvolvimento econômico regional pode ser conseguida através das micro e pequenas empresas familiares que são constituídas por atores locais.

Desenvolvimento regional endógeno como uma forma de enfrentamento das desigualdades regionais, atendendo as necessidades e demandas da população local com a participação e envolvimento da comunidade de forma ativa. Este é o verdadeiro desafio dos processos de desenvolvimento regionais “incluir os excluídos e estancar o processo de crescente exclusão, gerado pelo processo de globalização

---

<sup>3</sup> Conforme Souza (2012), desenvolvimento econômico pode ser definido como a existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais. Sendo o crescimento econômico condição para que haja desenvolvimento econômico, neste trabalho serão tratados como sinônimo.

econômico-financeira, através da sua crescente organização social” (BECKER, 2002, p. 13). Quando a comunidade local consegue fortalecer sua capacidade organizacional, apresenta condições de evitar que empresas e organizações externas limitem suas potencialidades de atuação, é a capacidade de liderar o próprio processo, aliada a mobilização de seu potencial, que torna possível falar de desenvolvimento endógeno (BARQUERO, 2002).

Ou seja, o desenvolvimento local requer sempre algum tipo de mobilização e tomada de iniciativa dos atores locais, bem como as micro e pequenas empresas familiares que produzem para o mercado local interagindo com a economia regional, de buscar um objetivo coletivo, se não, o mais provável é que estas transformações vindas do exterior não sejam endogeneizadas na estrutura social, cultural e econômica da região ou local de uma maneira sustentável.

A endogenização do desenvolvimento regional quer caracterizar um processo de desenvolvimento originado no interior da região, que contempla as necessidades e aspirações da coletividade regional, resultante de uma sólida e ativa consciência de territorialidade. Para tal, pressupõe-se a existência de um Estado e estruturas institucionais democráticas, um Estado submetido ao controle da sociedade civil. A forte tendência contemporânea ao desencadeamento de processos endógenos de desenvolvimento resulta da consciência dos fracassos de experiências de desenvolvimento de caráter normativo, decididas em outro lugar e junto a políticos com pouca representatividade popular (DALLABRIDA, 2000, p. 219)

O desenvolvimento endógeno tem suas origens na década de 1970, onde se destacaram as propostas de desenvolvimento da base para o topo. A partir disto, estas propostas evoluíram através da colaboração de destaques ao problema dos desequilíbrios regionais. A capacidade das sociedades regionais liderarem e conduzirem os seus próprios desenvolvimentos, condicionando-os à mobilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área e ao seu potencial endógeno, traduz a forma de desenvolvimento regional endógeno. Neste podem ser identificadas as dimensões econômica, social, ambiental, política e cultural, com os valores e as instituições locais como universidades, conselhos, servindo de base de apoio para o desenvolvimento da região.

Desde o fim da década de 1980, tem-se observado, que ao mesmo tempo em que ocorre um movimento de extroversão por parte das empresas, como subcontratações, alianças e fusões e dos países, como abertura comercial e aumento em nível de circulação mundial do volume de capital, as regiões no interior dos países mostram um movimento de endogeneização, tanto em relação às

decisões relacionadas a seu destino como também do uso dos meios e dos recursos utilizados no processo econômico. Mostrando que a organização de um território/região deixou de apresentar um papel passivo para exercer um papel ativo diante da organização industrial (FILHO, 2001).

Para Moraes (2003), na década de 1990, a principal questão do modelo de desenvolvimento endógeno foi o conhecimento das causas da variação dos níveis de crescimento das diversas regiões e nações, mesmo elas dispondendo das mesmas condições na busca de fatores produtivos, como capital financeiro, mão de obra ou tecnologia. A solução seria procurar encontrar, entre estes fatores, aqueles que pudessem ser determinados dentro da região. Até mesmo porque os conhecimentos tecnológicos apenas podem ser empregados através das habilidades dos agentes regionais de desenvolvimento.

Conforme Oliveira (2009, p. 39) “um processo de desenvolvimento será tão mais endógeno quanto mais os movimentos de inovação e acumulação que se encontrem na sua origem forem articulados e controlados por agentes internos”. A empresa familiar é dirigida por agentes internos/locais. Para assim formular políticas e instrumentos de fomento produtivo e de modernização tecnológica e empresarial mais ajustados ao perfil específico de cada região e às potencialidades locais.

Desta maneira, a contribuição da teoria do desenvolvimento endógeno foi identificar como fatores de produção, atualmente decisivos, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições poderiam ser gerenciados dentro da região e não mais de forma exógena, pois os territórios dificilmente seriam passivos na recepção de um desenvolvimento externo, ao contrário, quando encontrar uma estratégia própria de desenvolvimento encontrará condições de influenciar a variável econômica regional e local, evitando que organizações externas limitem suas possibilidades de atuação.

Algumas regiões reagem passivamente e outras ativamente às transformações contemporâneas, assim acabam configurando padrões sociais e culturais diferenciados de desenvolvimento regional. Por conseguinte, logo se concluiu que as regiões dotadas desses fatores ou estrategicamente direcionadas a desenvolvê-los internamente teriam melhores condições para se desenvolverem.

Segundo Becker (2002) é em função dos padrões morais e culturais que algumas regiões:

- Conseguem responder positiva e ativamente aos desafios contemporâneos, construindo seus modelos de desenvolvimento, enquanto outras, não;
- Conseguem desenvolver suas potencialidades, constituindo uma dinâmica própria local;
- Somente conseguem aproveitar as oportunidades decorrentes da dinâmica global de desenvolvimento;
- Conseguem combinar eficientemente o desenvolvimento de suas potencialidades locais com o aproveitamento eficaz das oportunidades globais oferecidas pelo processo de desenvolvimento contemporâneo;
- Não conseguem nem uma, nem outra, e tendem a desaparecer, enquanto regiões de desenvolvimento.

Há um enfoque maior do território no desenvolvimento e no funcionamento do sistema produtivo.

O território é um agente de transformação e não mero suporte dos recursos e atividades econômicas, uma vez que há interação entre as empresas e os demais atores, que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade. O ponto de partida para uma comunidade territorial reside no conjunto de recursos (econômicos, humanos, institucionais e culturais) formadores de potencial de desenvolvimento (BARQUERO, 2002, p. 39).

As grandes empresas não se prendem a territórios, mas o seu desenvolvimento dentro do território estimula uma ampla e diversificada rede de pequenas empresas prestadoras de serviços aos proprietários dos fatores de produção. Desta forma “o desenvolvimento endógeno, portanto, é uma interpretação útil para entender a dinâmica econômica e produtiva e para definir e materializar as repostas das organizações e instituições aos desafios da competitividade” (BARQUERO, 2002, p. 29).

O modelo de desenvolvimento regional endógeno pode ser visto como um modelo de baixo para cima, partindo das potencialidades tanto econômicas como sociais do próprio local ao invés de ser de cima para baixo, imposto pelo poder central do Estado (MARTINELLI; JOYAL, 2004).

Segundo Franco (2000), citado por Martinelli e Joyal (2004, p. 14),

quando se fala em capital, não se deve pensar apenas no que ele chama de capital empresarial, ou seja, em bens e serviços, produzidos por uma sociedade e na renda da qual seus membros podem ter condições de adquirir. É preciso pensar também no capital humano, no capital social e no capital natural. O capital humano diz respeito ao conhecimento e à capacidade de criá-lo. Capital social está relacionado com a capacidade de organização da sociedade, envolvendo confiança, cooperação e bom nível de governo. O capital natural se refere às condições ambientais e territoriais.

Tem tomado importância na discussão sobre desenvolvimento regional, enfatizar e promover a participação cidadã, que são considerados fatores endógenos ao desenvolvimento local, que se constrói em contrapartida às políticas públicas nacionais com um contexto geral para o desenvolvimento do local, mas a participação social ainda é considerada pequena.

### **2.3 O capital social e o desenvolvimento regional**

Estudos sobre o desenvolvimento econômico a partir da década de 1990 mostravam que várias regiões apresentavam um desenvolvimento acelerado e equilibrado em relação a outras mesmo dispendo de condições iguais na busca de fatores produtivos, como capital, mão de obra, tecnologia, entre outros, a resposta estaria na utilização de novos fatores de produção os quais eram determinados na própria região e de caráter decisivo, levando em consideração os aspectos da sociedade e das relações sociais e não mais de forma exógena e apenas de origem material, tangível, da vida econômica, surge assim, o conceito de capital social, que assim como o capital humano, pesquisa e desenvolvimento, informação e instituições passam a ser vistos de forma diferente, onde a região que consegue reunir esses fatores possui melhores condições de atingir o desenvolvimento acelerado e equilibrado, passa a valorizar as relações sociais, a cooperação, a confiança promovendo o desenvolvimento econômico.

Na maior parte dos estudos sobre capital social, destacam-se segundo Marteleto e Silva (2004) três autores teóricos, James Coleman, que aplica o conceito na área da educação e analisa o seu papel no crescimento do capital humano, visando as pessoas trabalharem juntas em busca de objetivos comuns em grupos e organizações. Robert Putnam que aplicou o conceito na compreensão da participação e engajamento da sociedade e seus efeitos nas instituições

democráticas e na qualidade do governo em algumas regiões da Itália. E ainda, Pierre Bourdieu, que trata o capital social como a soma dos recursos decorrentes da existência de uma rede de relações de reconhecimento mútuo institucionalizada em campos sociais. O que tem chamado atenção nos últimos anos, é que os desenvolvimentos econômicos das regiões não são semelhantes na questão social, regional, setorial e ambiental.

Muitas são as causas econômicas identificadas e as explicações políticas dadas pelos intelectuais que se dedicam ao estudo da questão das desigualdades sociais e das disparidades regionais: desde as análises mais ortodoxas e economicistas até as análises mais “inovadoras”, como as que buscam na dimensão sociocultural dos diferentes processos de desenvolvimento regional os fundamentos para explicar as crescentes desigualdades sociais e os, também crescentes, desequilíbrios regionais (BECKER, 2002, p. 7).

Neste novo contexto de racionalidade econômica há também a revisão de outras racionalidades. Conforme Becker (2002, p. 9), “[...] precisamos transitar do velho para o “novo” paradigma desenvolvimentista; do velho desenvolvimento econômico para o novo desenvolvimento sustentável; do velho capital físico e humano para o capital social”. Assim sendo, o capital social, apesar de ser utilizado na literatura desde o fim dos anos 70, foi na última década do século XX que começou a tomar mais importância e sua relação com o desenvolvimento regional surgiu a partir das obras de Robert Putnam. Para Correa (2003, p. 11), “[...] a relação entre capital social e desenvolvimento aumenta a cada ano. Em termos qualitativos, seu crescimento é menor pela morosa, mas necessária, comprovação e eventual adaptação da teoria às distintas realidades regionais”.

Segundo Monasterio (2003), sociólogos, cientistas políticos e, logo depois, os economistas passaram a valorizar o capital social e sua influência positiva no desenvolvimento econômico das regiões, através de uma sociedade civil ativa e organizada, que consegue superar problemas e que potencializa as intervenções públicas em favor do desenvolvimento. A definição de capital social existe pela sua própria função, ou seja, ele ocorrerá sempre que existir um desenho de organização social que, de maneira espontânea ou não, trará uma maior eficiência do trabalho humano, coordenando as atividades dos agentes com resultados positivos. Para ele o capital social é o único que não se deprecia com o tempo, por isso que é diferente dos outros, ao contrário das máquinas que sofrem de depreciação, a utilização frequente de uma norma ou de um vínculo de confiança só contribui para o seu fortalecimento e a sua disseminação. A degeneração do capital social vem de sua

falta de uso, sendo assim mais importante, duradouro e produtivo. Outra característica marcante do capital social segundo o autor está na sua intangibilidade e fluidez.

Capital social seria um conjunto de atores locais que confiando uns nos outros, produzem, desenvolvem a comunidade onde estão inseridos para uma maior eficiência de seu desenvolvimento. Com a participação cidadã as identidades regionais solidificam-se e apesar de haver diferenças entre os atores sociais, possibilitam a identificação e o trabalho por interesses comuns através de uma interação econômica, social e política. Participação social significa, portanto dar às pessoas maiores oportunidades de participação efetiva nas atividades de desenvolvimento. Propicia condições para que mobilizem seu próprio potencial, sejam agentes sociais ao invés de sujeitos passivos, tomem decisões, gerenciem recursos e controlem atividades que afetam seu dia a dia. A participação cidadã acaba por envolver as pessoas no processo de seu próprio desenvolvimento, adquirindo um controle mais efetivo de suas vidas.

E é essa participação que possibilita e é possibilitada pela formação do capital social. Capital social aqui é entendido como o conjunto de cidadãos que, confiantes uns nos outros, produzem e conduzem a sociedade na qual estão inseridos para uma condição mais eficiente de seu desenvolvimento. São resultados positivos para o desenvolvimento que não existiriam em diferentes condições (AGOSTINI, 2015, p. 5).

As iniciativas, portanto deixam de ser tomadas por ações apenas do poder público e passam a ser dos atores econômicos e sociais, como as micro e pequenas empresas, as instituições, os indivíduos de cada localidade e é em função disso que os processos de desenvolvimento regional além de uma caracterização endógena apresentam uma relação muito próxima com a formação sociocultural que vigorou no passado de cada uma das regiões.

A premissa é que cada território gerencie internamente o capital social e capital humano, uma vez que a política de desenvolvimento local, todavia, pretende superar os desequilíbrios através do fomento de todos os territórios com ou sem potencialidades de desenvolvimento competitivo. Ou seja, ele é capaz de tirar proveito do potencial de desenvolvimento existente no território. O desenvolvimento da região está relacionado aos fatores sociais, ambientais e culturais da formação do território. Estes servem para avaliar a organização dos atores, bem como para decidir qual a dificuldade que primeiro deve ser enfrentada. Com a organização do sistema local, cria-se um ambiente favorável à geração de economia de escala e à redução dos custos de transação, assim como aos rendimentos crescentes e ao crescimento econômico (OLIVEIRA, 2003, p. 5).

Segundo Becker (2002), o capital social deve ser entendido como as múltiplas alternativas que cada local, região ou nação possui, pelas suas diferenças culturais, ambientais e valores, tanto éticos como também morais, de se inserir no processo geral de desenvolvimento, assim, o capital social deve ser entendido como a capacidade de uma região em constituir e construir seu próprio padrão de desenvolvimento que somente será possível se a região souber promover e adotar a organização sociocultural como pressuposto, meio e objetivo do processo de desenvolvimento regional. O autor enfatiza também que as iniciativas tradicionais e aquelas inovadoras devem promover a acumulação do capital social, propiciando a participação dos vários atores sociais na busca de soluções de problemas de interesse comum.

Para Putnam (2000), o capital social é constituído pelo conjunto de características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Conceituando capital social desta forma, o autor estabelece uma relação positiva entre capital social e desenvolvimento. O autor inclui o capital social como um fator determinante para o desenvolvimento econômico, sendo necessária uma maior participação, organização e cooperação horizontal entre os atores sociais, com objetivo de fortalecer o tecido social. Desta forma, o capital social facilita a cooperação espontânea, através da confiança mútua que promove uma maior integração das relações sociais, sendo que a confiança social provém de duas formas interligadas: regras de reciprocidade forma na qual um indivíduo tem de controlar a ação de outro indivíduo, que consegue fortalecer a confiança social, facilitando a cooperação, e os sistemas de participação cívica representadas pelas associações comunitárias, cooperativas, clubes desportivos, associações de assistência mútua, já que representam forte integração social.

O capital social forma-se com uma menor ou maior eficiência em famílias, grupo de amigos, comunidade em geral, sindicatos, bairros, municípios, tanto maior quanto mais houver convergência a objetivos comuns entre os participantes, existir confiança entre eles, respeito às normas estabelecidas no grupo, desenvolvimento de reciprocidade e solidariedade e a participação de cada integrante.



Conforme Lima (2001), o capital social pode ser compreendido como um conjunto de normas de reciprocidade, informação e confiança presentes nas redes sociais informais que são desenvolvidas pelas pessoas em sua vida cotidiana, que resultam em enormes benefícios diretos ou indiretos, fator determinante na compreensão da ação social.

A teoria do desenvolvimento endógeno também contribuiu para identificar que fatores de produção, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, eram determinados dentro da região, ou seja, de maneira endógena, construída em conjunto com a sociedade e não de forma exógena, imposta para a sociedade. Assim, logo se concluiu que a região que apresentasse estes fatores ou fosse estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento econômico rápido e em equilíbrio.

O capital social é uma capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade. Pode estar incorporada no menor e mais fundamental grupo social, a família, assim como no maior de todos os grupos, a nação, e em todos os demais grupos intermediários. O capital social difere de outras formas de capital humano na medida em que é criado e transmitido por mecanismos culturais como religião, tradição ou hábito histórico (FUKUYAMA, 1996, p. 41).

Para Fukuyama (1996), confiança seria um sentimento que nasce dentro de uma comunidade que apresenta um comportamento ético, estável, honesto e cooperativo, sempre baseado em normas que são compartilhadas dentro da própria comunidade, pelos seus membros, tanto em questões de profundo valor, como também normas seculares, padrões profissionais e códigos de comportamento por exemplo.

Putnam (2000) através de seus estudos sobre as regiões italianas relacionou o desempenho econômico e institucional destas regiões com sua dotação de capital social e sua tradição cívica, a confiança, normas e sistemas, são características da organização social que podem contribuir para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas. Quanto mais elevado o nível de confiança em uma comunidade, maior será a probabilidade de cooperarem e a própria cooperação gera confiança ocorrendo neste ciclo a formação, acumulação e ampliação de capital social. O capital social tende a formar um estoque cumulativo e que se reforçam mutuamente, promovendo círculos virtuosos, resultando em cooperação, reciprocidade, civismo, bem estar, confiança.

A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Assim, o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas (PUTNAM, 2000, p.177).

Conforme a obra de Putnam (2000), as regiões italianas apresentavam diferenças em termos de desenvolvimento, as regiões no centro e no norte da Itália apresentavam um desempenho melhor que as do sul. Putnam atribuiu esta diferença às tradições cívicas, elas teriam contribuído para surgir associações, organizações e entidades não caracterizadas por relações de subordinação e sim, por relações horizontais entre seus integrantes. Para o autor os sistemas de participação cívica são uma forma essencial de capital social. Na região sul constitui-se uma região culturalmente autoritária, onde predominavam relações sociais do tipo vertical, com hierarquia, gerando pouco envolvimento em torno de questões de interesse coletivo. Nessas sociedades os indivíduos tendem a ser mais leais e ter maior confiança em um menor número de pessoas, confiam mais na família, são menos propensos a colaborar ou se associar com pessoas que não sejam tão próximas. Já na região central e norte da Itália, ao contrário, tem-se uma gama de redes sociais mais densas, em um ambiente onde predominam as relações sociais horizontais, não hierárquicas, o que favorece o surgimento de uma cultura mais voltada à cooperação entre um grande número de empresas, colaboração e associativismo.

Segundo Becker (2002) o desenvolvimento econômico contemporâneo caracteriza-se pelo resultado de dois processos contrários, e é em função disso que as dinâmicas de desenvolvimento regionais não são iguais. É provavelmente por isso que as dotações de capital social também diferem de uma região para outra, como citado anteriormente através das pesquisas dos autores. De um lado há a transnacionalização dos espaços econômicos, visto pelo lado econômico e corporativo de desenvolvimento, o movimento ocorre de fora para dentro. Os seus elementos determinantes são região econômica articulada de forma especializada, setorializada, verticalizada e hierarquizada pelos interesses econômicos corporativos de multinacionais de reprodução do capital financeiro. E do outro lado, Becker afirma que existe uma regionalização dos espaços sociais, é uma reação socioambiental de desenvolvimento, um movimento que ocorre de dentro para fora e conforme os interesses sociais e ambientais dos agentes de desenvolvimento do lugar, assim haverá acumulação de capital, abre possibilidades para a diferenciação regional e

também a inserção de cada região de maneira diferenciada no processo de globalização. Os elementos determinantes são uma região especializada, regionalizada, horizontalizada pelos interesses locais e regionais de reprodução da vida. Constitui-se em um espaço de todos e para todos, incluindo os excluídos, ou seja, um espaço englobando uma maioria desfavorecida.

Para Lima (2001), o capital social seria composto por redes sociais informais entre indivíduos e também por formas de sociabilidade representadas pela vida associativa na família, na igreja, na escola e no trabalho. Isso pode favorecer, por exemplo, a continuação de negócios em determinados ramos e mercados, a obtenção de empregos pela indicação de conhecidos para ocuparem postos de trabalho disponíveis. Estas redes sociais pressuporiam o cumprimento de normas de reciprocidade e confiança, através de um conjunto de obrigações mútuas entre as pessoas, facilitando desta forma, a atividade produtiva.

Para SEBRAE (2014), o desenvolvimento do capital social, local e regional é alcançado quando os resultados listados abaixo geram um círculo de prosperidade:

- Fortalecimento da economia local;
- Geração de emprego;
- Melhor distribuição de renda;
- Aumento da arrecadação;
- Investimento no bem-estar social;
- Sustentabilidade ambiental;
- Melhoria da qualidade de vida.

Para alcançar estes resultados faz-se necessário um conjunto de objetivos que visem dinamizar a economia local e incluir mais trabalhadores e empreendedores na cadeia produtiva das empresas.

Desta maneira, a forma de organização das micro e pequenas empresas, constituem maneiras de agrupar pessoas, empresas e instituições em torno de questões e objetivos comuns, podendo ser implementadas em diferentes locais e setores da economia, desde que respeitadas as características locais, suas relações e estruturas sociais. As micro e pequenas empresas podem criar uma cadeia de relações sociais, através de suas interações permitem transmitir e disseminar a confiança, conhecimento e informação e as práticas de assistência mútua, podendo representar elementos constitutivos de capital social em uma região. Elas começam a surgir na década de 1980, através da redução do ritmo de crescimento da

economia, o que resultou em um maior número de desemprego, fazendo com que os pequenos negócios fossem considerados uma alternativa para a ocupação da mão de obra excedente, isso fez surgir ao final da década as primeiras iniciativas mais concretas para incentivar a abertura das micro e pequenas empresas na economia.

Segundo SEBRAE (2014), essas iniciativas<sup>4</sup> foram:

- a implantação do primeiro Estatuto da Microempresa (Lei nº 7.256 de 27 de novembro de 1984) e a inclusão das micro e pequenas empresas na Constituição Federal de 1988, que passou a garantir-lhes tratamento diferenciado (Artigo 179 do Capítulo da Ordem Econômica);

- a transformação em 1990 do Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa - CEBRAE -, criado em 1972, em Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE, com funções mais amplas;

- a criação de linhas especiais de crédito como PROGER e BNDES/FINAME no BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil;

- a Lei nº 9.317 de 5 de dezembro de 1996, que instituiu o Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES;

- a Lei nº 9.841 de 5 de outubro de 1999, que instituiu o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

- o estabelecimento de um Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, demonstrando a dimensão e a importância das micro e pequenas empresas para o crescimento e desenvolvimento da economia nacional.

Conforme SEBRAE (2014) o estímulo aos pequenos negócios como uma maneira de promover o desenvolvimento foi adotado com sucesso em outros países e no artigo 179 da Constituição Federal brasileira, tendo sido regulamentado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Esta própria Lei Complementar, em seu artigo 77, determina que os municípios e os demais entes da Federação, nos limites de suas respectivas competências, editem as leis e demais atos necessários para assegurar o pronto e imediato tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas e pequenas empresas.

---

<sup>4</sup> Os dados referentes a estas iniciativas foram obtidos no portal do SEBRAE.

## 2.4 As micro e pequenas empresas

Conforme Barquero (2002), a globalização implica o aumento da concorrência nos mercados e aborda a discussão em relação ao crescimento e à mudança estrutural na esfera da dinâmica da acumulação de capital. Mais do que isso, o modelo de ajuste e de reestruturação produtiva resulta das decisões de investimento e de localização das empresas, abrindo espaço para as iniciativas locais. “São precisamente as pequenas e médias empresas que, com sua flexibilidade e capacidade empresarial e organizacional, estão fadadas a ocupar um papel de protagonistas nos processos de desenvolvimento endógeno” (BARQUERO, 2002, p. 39). Para que assim, o objetivo seja mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional do trabalho, para que o objetivo principal seja buscar o bem estar econômico, social e cultural da comunidade local em conjunto de uma forma em que o social se integra ao econômico.

Ao final do século XX, contudo, o vácuo deixado pela crise dos dois principais projetos de desenvolvimento do século XX - o keynesiano-fordista e o planejamento socialista; ambos assentados na exploração dos ganhos de produtividade inerentes às economias internas de escala - vai alimentar um novo interesse pelas micro, pequenas e médias empresas (doravante, MPMEs) enquanto instrumentos alternativos potenciais de geração de emprego, renda e bem estar para parcelas crescentemente marginalizadas da população. Um interesse que será fortemente alavancado pelo ressurgimento e pelo extraordinário poder competitivo demonstrado por todo um conjunto de aglomerações de pequenas empresas industriais (os novos “distritos industriais marshallianos”) no nordeste italiano e adjacências a partir da segunda metade do século XX (PAIVA, 2003, p. 2).

Para Souza Filho (s.d.), foi a partir da década de 1970, em decorrência de modificações econômicas e também pela necessidade de uma reestruturação do sistema produtivo, que as empresas de menor porte tornaram-se valorizadas dentro do atual sistema produtivo. Espelharam-se pelo mundo diversas experiências de industrialização local baseada em micro, pequenas e médias empresas, como no caso europeu, dos distritos industriais italianos, os sistemas industriais localizados na França e na Alemanha, assim como experiências sul-americanas e brasileiras demonstraram a importância de uma estrutura de micro e pequenas empresas dentro de um processo de desenvolvimento econômico sustentado e socialmente autônomo, o principal motivo de sucesso destes modelos produtivos é que está

diretamente ligado aos ganhos de competitividade das empresas e também à participação dos atores locais no processo de desenvolvimento.

Guerra e Teixeira (2010) seguem na mesma linha de pensamento destacando que a crise no modelo fordista de produção em massa e a emergência de uma terceira revolução industrial fizeram com que aumentasse a hipótese de que essa nova fase do desenvolvimento capitalista exigiria padrões organizacionais flexíveis, com a capacidade de atender mercados cada vez mais exigentes e segmentados e com enfrentamento ao aumento da competição através da economia globalizada. Para eles, a pequena empresa pelas suas características intrínsecas, estaria em uma posição privilegiada para atender aos novos requisitos competitivos.

Conforme Faleiro et al (2006) a formulação de políticas de desenvolvimento regional pelos governos, em suas diversas instâncias, tem-se revelado insuficiente para alavancar a melhoria da qualidade de vida da população por meio da geração de novos postos de trabalho. A busca por novos empreendimentos por parte do poder público tem sido a busca por grandes empresas, geradoras de um maior número de postos de trabalho, porém como lembram os autores citados a importância do incentivo às micro e pequenas empresas deve-se ao fato de “grande parte dos postos de trabalho são oferecidos por elas, os empreendedores são os principais atores do processo de criação e desenvolvimento de negócios, fator impulsionador da economia regional” (FALEIRO, 2006, p. 2). Sendo assim, o estímulo ao empreendedorismo passa a ser uma ferramenta fundamental para que se alcance esse objetivo.

A partir disto que surge o micro empreendedorismo no Brasil e tem suas raízes na história propriamente dita e no local onde estão instaladas, quando os grandes proprietários de terras e donos de manufaturas encontraram trabalhadores dispostos a ofertar seu trabalho, suas habilidades pessoais, por meio da prestação de serviços em troca de um salário. Em função do tempo e do progresso técnico os donos dos fatores de produção passaram a subordinar o trabalhador, pois ele não conseguia acompanhar estas inovações ficando dependente destas e ao mesmo tempo este mesmo progresso técnico impossibilitava-o de voltar ao artesanato.

Observa-se um processo semelhante há algumas décadas, em que alguns profissionais, em um cenário de alto nível de desemprego e mesmo com extensa qualificação técnica ficam de fora do mercado de trabalho, levando alguns a abrir seu próprio negócio ou iniciar uma atividade em um ramo de negócio que já existe.

Voltando ao artesanato ou atividades similares. Segundo Oliveira e Oliveira (2006), citado por Daher et al (2012, p. 5),

uma importante contribuição das micro e pequenas empresas, no crescimento e desenvolvimento do País, é a de servirem de “colchão amortecedor” do desemprego. Estes tipos de empreendimento são uma alternativa de ocupação para uma pequena parcela da população que tem condições de desenvolver seu próprio negócio e uma opção de emprego formal ou informal para uma grande parte da força de trabalho excedente, em geral com pouca qualificação, que não encontra emprego nas empresas de maior porte.

Para Silva et al (2015), as micro e pequenas empresas são um dos principais agentes de transformação da economia mundial, no Brasil, não é diferente, uma vez que geram novos empregos, causam um estímulo extra na competição econômica gerando novas oportunidades, auxiliando as grandes empresas nos processos e desenvolvimentos. O papel das micro e pequenas empresas no âmbito econômico é muito discutido e a maioria dos autores concorda que elas influenciam positivamente na economia:

As pequenas e micro empresas são um das principais bases de sustentação da economia brasileira, quer pela sua enorme capacidade geradora de empregos, quer pelo representativo número de estabelecimentos desconcentrados geograficamente. Oferecem atuação complementar aos empreendimentos de grande porte; atuação estratégica no comércio exterior, possibilitando a diversificação na pauta de exportações e tornam a economia menos suscetível às variações que ocorrem na conjuntura comercial mundial. Possuem, ainda, a capacidade de gerar uma classe empresarial legitimamente nacional, aumentando a participação da economia privada na economia do país (DAHER et al, 2012, p. 4).

Segundo Daher et al (2012, p.2), “as micro e pequenas empresas são grandes geradoras de emprego e renda, possuem um portfólio diversificado de produtos e serviços, além de estarem inseridas em vários meios locais e sociais da sociedade brasileira”. Essas empresas tem grande papel na economia nacional, são desconcentradas geograficamente, sendo grandes geradoras de renda e alocando grande parte da mão de obra, pois ex-trabalhadores assumem a missão de desenvolver sua própria empresa e com isso gerar produção, renda e em seguida, novos postos de trabalho, gerando emprego. A posição da empresa familiar na economia nacional está sempre garantida, passando inclusive atualmente por um processo de adaptação. As empresas familiares passam por um período cíclico, enquanto algumas morrem outras estão nascendo. Isso quer dizer que milhares de empresas familiares estão nascendo hoje e amanhã, estarão, em um ciclo de criação contínuo e sem fim (ANDRADE; REZENDE; REZENDE, 2003).

Segundo Banterli e Manolescu (2007), as principais características das micro e pequenas empresas são produtos e serviços de baixo preço unitário, baixa intensidade de capital, altas taxas de natalidade e de mortalidade, forte presença de proprietários, sócios e membros da família como mão de obra ocupada, poder decisório centralizado, estreito vínculo entre os proprietários e as empresas, não se distinguindo, principalmente em termos contábeis e financeiros, pessoa física e jurídica, registros contábeis pouco adequados, contratação direta de mão de obra, utilização de mão de obra não qualificada ou semiquificada, baixo investimento em inovação tecnológica, dificuldade de acesso ao financiamento de capital de giro, predomínio de vendas ao consumidor final, atendimento às necessidades básicas da população, escala de produção muito baixa, isso implica em capital, insumos, materiais, mão de obra em menor quantidade, tecnologia de domínio público, geração de novos empregos, fonte de inovação, estímulo à competição econômica, relação de complementariedade e subordinação com as empresas de grande porte, auxílio às grandes empresas, produção eficiente de bens e serviços.

O bom desempenho da economia brasileira no período de 2000 a 2011, juntamente com as políticas de crédito, impulsionou o crescimento das micro e pequenas empresas no Brasil, assim como confirmou a sua importante colaboração na estrutura produtiva do país. Verificou-se também um aumento no número de micro e pequenas empresas e de emprego gerados por elas neste mesmo período. Em 2011, estas empresas correspondiam em média a 99% dos estabelecimentos, mais da metade dos empregos formais de estabelecimentos privados e por grande parte da massa salarial paga a esses trabalhadores (SEBRAE, 2014).

Deve-se também dar grande importância às pequenas empresas no desenvolvimento regional nas diversas regiões do país, por trazer empregos, tributos, investimentos locais, também trazem inovação, dinamismo, trazendo elementos indispensáveis ao desenvolvimento econômico assim como também para a diminuição da desigualdade social (OLIVEIRA, 2009). Dessa forma, no desenvolvimento local, pode-se encontrar mais do que uma finalidade econômica, pode-se encontrar uma finalidade social.

Conforme SEBRAE (2014), as micro e pequenas empresas são importantes para o desenvolvimento regional, pois são maioria nas cidades brasileiras, os pequenos empreendimentos urbanos e rurais representam cerca de 99% a 100% das atividades empresariais. Estas empresas são ainda mais presente nas cidades



com menos de 20 mil habitantes. Desta maneira, são elas que movimentam a economia local por isso é importante então criar condições para que os pequenos negócios se fortaleçam e gerem mais emprego e renda. De cada dez trabalhadores brasileiros, seis estão nos pequenos negócios formais ou informais. Mesmo em períodos de crise, estas empresas continuaram gerando emprego e renda, enquanto as médias e grandes empresas desempregaram. Promovem inclusão social, sendo importantes geradores do primeiro emprego, trazendo para o mercado de trabalho jovens e adultos sem experiência e qualificação profissional inicial, promovendo a inclusão produtiva de parcela da população normalmente excluída da economia formal isso resulta em diminuição paulatina do número de beneficiários de programas sociais, pelo fato de as pessoas conseguirem fonte de renda própria, seja pela obtenção de um emprego nestas empresas ou por abrirem um pequeno negócio. Além destes aspectos destacados os micro e pequenos empreendimentos contribuem para reduzir a necessidade de atrair médias e grandes empresas para gerar emprego, diminuir o êxodo de empreendedores para outras cidades, manter os recursos financeiros girando na economia local e gerar investimentos duradouros e com forte identidade cultural.

A grande importância das micro e pequenas empresas em relação às grandes empresas no que diz respeito ao desenvolvimento econômico de suas regiões é que as grandes empresas instalam-se em locais que recebem maiores benefícios, com uma boa localização, maior disponibilidade e menor custo de mão de obra. Como exemplo de poderosas e concretas empresas, as empresas transnacionais como lembram Becker e Bandeira (2000) modificam suas posições na rede de acordo com seus interesses corporativos. Dotadas de grande poder financeiro e de influência sobre a opinião de mercado, são capazes de formar convenções no sentido de que podem manter, exacerbar ou inverter tendências. As regiões ou lugares que assegurarem as melhores condições para valorizar o capital financeiro transformam-se em suas bases locais e regionais, são bases sempre temporárias e provisórias, pois o capital financeiro tem a característica de ser volátil e móvel. Isso quer dizer, que no caso de aparecer uma outra região ou local mais vantajosa, o capital financeiro migra para essa nova região ou lugar, isto leva as regiões ou lugares a competirem entre si, na intenção de atrair e regionalizar ou localizar investimentos em seus territórios.

Diante dessa dinâmica ou dessa lógica, não restam muitas opções às comunidades regionais (aos múltiplos lugares). Normalmente, os agentes do desenvolvimento local/regional reagem de forma passiva, sendo submissos à dinâmica do sistema, aceitando as oportunidades decorrentes dessa nova divisão internacional do trabalho, definidas pelo próprio processo de transnacionalização dos interesses econômico-corporativos financeirizados. É a tal da dependência submissa. Ou uma abertura para fora subordinada, ou, ainda, uma articulação externa subordinada à dinâmica do capital financeiro (BECKER; BANDEIRA, 2000, p. 17).

A discussão sobre micro e pequenas empresa é tão importante que segundo Buttenbender et al (2011), no Rio Grande do Sul o XIII Encontro Anual Avaliação e de Planejamento dos COREDES (Conselhos Regionais de Desenvolvimento), realizado no ano de 2010, foram definidas as propostas e prioridades para o quadriênio 2011-2014, neste encontro foram destacadas sete prioridades estratégicas sendo que uma delas fazia referência à economia. Em um cenário de economia cada vez mais integrada tanto em nível nacional como internacional, o crescimento do Rio Grande do Sul depende do aumento da competitividade que é alcançado através do esforço conjunto de empresas, governo, sociedade civil. Deve-se buscar além do desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social, ambiental e sustentável, através da inovação e diversidade, protegendo as micro e pequenas empresas e os sistemas locais de produção. Dentre várias propostas, algumas se destacam em relação ao assunto abordado. “Criar programas de apoio aos pequenos produtores e às micro e pequenas empresas, incluindo assistência técnica, capacitação e microcrédito. Simplificar legislação e burocracia em favor dos pequenos empreendimentos locais” (BUTTENBENDER et al, 2011, p. 14).

Na mesma linha de pensamento o SEBRAE (2014) cita várias ações que podem ser feitas pelo poder público para auxiliar no desenvolvimento das micro e pequenas empresas, são elas:

- regulamentar a lei geral das micro e pequenas empresas, tais como as que tratam de incentivo à inovação, ao associativismo, ao crédito, à educação empreendedora, ao turismo, ao pequeno produtor rural, etc;

- implantar a lei, já que não basta apenas regulamentá-la, é preciso garantir a efetiva aplicação da lei, através da facilitação em formalizar os pequenos negócios e reduzir a burocracia, uma vez que, a burocracia excessiva estimula a informalidade e a informalidade desorganiza a economia local;

- desonerar os pequenos empreendimentos, pois reduz e simplifica o recolhimento de impostos, por meio do Simples Nacional, instituindo o regime especial único de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte, além de determinar o recolhimento de valor fixo mensal de impostos por parte do empreendedor individual;

- priorizar as micro e pequenas empresas nas compras públicas, comprando de microempresas do município, a administração pública faz com que o dinheiro fique e circule na própria cidade, abre mercado para os pequenos empreendimentos e, desta forma, ativa a economia local;

- facilitar o acesso ao crédito, pois é forte instrumento de apoio aos negócios locais e pode estimular a economia com o aumento do volume de recursos em poder das pessoas e das empresas, porém a maior parte das micro e pequenas empresas não consegue cumprir todas as exigências impostas pelos bancos para concessão de crédito. Essas linhas têm de ser adequadas ao segmento das MPE (micro e pequena empresa), ou seja, devem ser disponibilizadas com menos burocracia, com taxas de juros mais baixas e com mecanismos alternativos de garantia;

- facilitar o acesso à inovação tecnológica, facilitar o acesso a novas tecnologias contribui para o aumento da competitividade dos pequenos negócios. Inovação tecnológica envolve a utilização de ferramentas modernas e otimização do processo produtivo e de gestão, que podem contribuir para o aumento da qualidade dos produtos e serviços ofertados pelas MPE;

- fomentar a instalação de incubadoras e de distritos industriais de micro e pequenas empresas, com a finalidade de apoiar e facilitar o surgimento de novos empreendimentos de pequeno porte de diversos ramos de atividade no território local;

- disseminar a educação empreendedora e a cultura empreendedora nas instituições de ensino, para obter resultado no médio e longo prazo, pois a ideia principal é plantar a semente do empreendedorismo nas próximas gerações. Com isso, as pessoas com espírito empreendedor serão estimuladas a desenvolver atividades empresariais. A expectativa é formar novas gerações que invistam em sua própria cidade, seja como empregado qualificado ou como empresário gerador de novos postos de trabalho;

- apoiar os pequenos empreendimentos rurais a firmar parcerias e formalizar convênios com órgãos públicos com foco no agronegócio, entidades de pesquisa e assistência técnica rural e instituições afins.

As estruturas familiares, os valores locais e a cultura condicionam os processos de desenvolvimento local.

Historicamente, a família contribuiu de forma marcante para o funcionamento dos sistemas produtivos locais e, em especial, dos distritos industriais. Não se trata apenas do fato de, juntamente com outras instituições (como a escola ou a comunidade religiosa), ser ela uma instituição especializada na educação e na transmissão de valores. Mais do que isso, desempenhou sempre um importante papel econômico no surgimento e no crescimento das empresas, uma vez que é a família que proporciona os recursos humanos, empresariais e financeiros necessários para uma boa parte dos projetos industriais (BARQUERO, 2002, p. 48).

Segundo Steindl (1990), citado por Oliveira (2009, p. 43), “as principais restrições ao crescimento e desenvolvimento das pequenas empresas são os fatores técnicos, como as economias de escala, fatores de mercado, como a concorrência imperfeita e o oligopólio e por fim, o alto custo de crédito”. A falta de habilidade para planejar e manipular números, falta de experiência profissional, porte da empresa, adversidades de mercado, seu isolamento diante do meio ambiente interno e externo à sua empresa, falta de verba e de recursos humanos qualificados, escasso tempo dos dirigentes que na maioria das vezes estão ocupados com questões do cotidiano da empresa, uma vez que o negócio surge mais como uma necessidade do que como uma oportunidade, isto faz com que as empresas se degradem mais rapidamente, tendo baixo lucro, juros elevados, perda de mercado, mercado consumidor restrito e o valor investido em capital maior que o retorno obtido em vendas.

“A visão de longo prazo e capacidade de selecionar as melhores oportunidades é fundamental para o crescimento das empresas” (PENROSE, citado por OLIVEIRA, 2009, p. 47). O gestor de uma empresa deve ter a capacidade de ler e interpretar o mercado na busca de oportunidades rentáveis e também deve saber bastante sobre o seu processo produtivo para que possa atuar sobre ele, melhorando-o, implementando-o para inová-lo. Para Pankaj (2000), citado por Wittmann, Dotto e Boff (2003, p. 320), “nessa nova ordem mundial, as empresas necessitam acompanhar as mudanças para permanecerem nos mercados, pois a concorrência global exige um alto nível de flexibilidade, estendendo a ela qualidade, produtividade e inovação.”

As micro e pequenas empresas que são em sua maioria de origem familiar, segundo Leite (2002), citado por Andrade, Rezende e Rezende (2003) no Brasil mais de 99% dos negócios são originados de empresas familiares, empregando mais de 60% da força de trabalho, podendo ser modernas e competitivas, para isso é necessário estabelecimento de regras de conduta, diálogo e profissionalização. Alguns problemas estão ligados à gestão das empresas familiares como retirada de dinheiro excessiva, falta de disciplina em relação à destinação do lucro, misturando o dinheiro pessoal com o da empresa, frágil sistema de custos, de formação de preços e problemas familiares sendo levados ao ambiente empresarial. Mas ao mesmo tempo há pontos positivos também, dedicação ao negócio, lealdade aos clientes, concepção de continuidade e consciência profunda dos objetivos da empresa. Essas ações e atividades dos proprietários de micro e pequenas empresas possibilitam a geração de capital social, pois as relações sociais que os atores locais mantem possibilitam potencializar o capital social, conjuntamente aos princípios de confiança mútua, cooperação, responsabilidade no desenvolvimento de ações na região onde inseridas e proposição de melhorias que beneficiam a comunidade regional.

Desta maneira, em relação ao que foi exposto sobre as micro e pequenas empresas pode-se perceber que elas são essenciais para a economia brasileira, as micro e pequenas empresas tem sido cada vez mais foco de políticas específicas governamentais para facilitar sua constituição, permanência e crescimento para assim poder realizar seu importante papel de agente de desenvolvimento.

Cabe destacar que o foco do trabalho é a importância das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento econômico do Vale do Taquari. Para tanto se faz necessário conhecer a região de uma forma geral e também através de aspectos específicos como o econômico e o social. É importante salientar ainda que será apresentado o principal órgão fomentador de desenvolvimento da região, o Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari – CODEVAT, através dele são feitos os planejamentos estratégicos de desenvolvimento da região, estratégias estas que serão seguidas em definido período de tempo assim como são levantados os principais dados referentes ao desenvolvimento econômico e social da região.

### **3 A REGIÃO DO VALE DO TAQUARI - CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA REGIONAL**

A discussão sobre desenvolvimento socioeconômico na região do Vale do Taquari é de grande relevância para o contexto atual de globalização e de inserção internacional da economia regional. Os principais dados gerais apresentados neste capítulo referem-se ao período de 2007 a 2013, pois foi o período encontrado na base de dados do COREDE da região, assim como dados específicos em relação à questão geográfica, econômica e social. Este capítulo descreve a região como um todo, apresentando dados econômicos e sociais gerais da região. Será apresentado também o Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari – CODEVAT, órgão planejador e fomentador do desenvolvimento no Vale do Taquari. Cabe destacar que esse capítulo é meramente descritivo, as análises dos dados serão apresentadas posteriormente.

#### **3.1 A região do Vale do Taquari**

O Vale do Taquari chama-se assim por receber o nome de seu principal rio, o Rio Taquari, assim como outras regiões, apresenta características e fatos que a destacam seja no âmbito econômico, social, político, cultural, tecnológico e ambiental em relação a outras regiões. Segundo UNIVATES – Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior (2007), citado por Mallmann (2009), a diferença do Vale do Taquari para outras regiões começa pela predominância praticamente absoluta da pequena propriedade, sendo ela urbana ou rural, é sobre a base da pequena propriedade que vai se assentar o pequeno negócio, podendo ser uma pequena produção agrícola, pequena indústria, um pequeno comércio, uma pequena prestação de serviço, entre outros, negócios regionais.

Ainda segundo a autora, na região do Vale do Taquari, a comunidade tornou-se uma extensão da família, sempre baseado em três elementos: pequeno negócio, trabalho familiar e vida comunitária que compõem o sistema produtivo, dando forma à uma economia diversificada, uma população também diversificada vivendo em comunidade e ainda descentralização da administração política em cada um dos municípios que compõem a região.

O Vale do Taquari é uma região formada pelos seguintes municípios: Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Bom Retiro do Sul, Canudos do Vale, Capitão, Colinas, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Doutor Ricardo,

Encantado, Estrela, Fazenda Vilanova, Forquetinha, Ilópolis, Imigrante, Lajeado, Marques de Souza, Muçum, Nova Bréscia, Paverama, Poço das Antas, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Roca Sales, Santa Clara do Sul, Sério, Tabaí, Taquari, Teutônia, Travesseiro, Vespasiano Corrêa e Westfália.

Está localizado na região central do Rio Grande do Sul e localiza-se em média 150 quilômetros de Porto Alegre e 110 km da região de Caxias do Sul, possui localização estratégica ao desenvolvimento socioeconômico, pelo acesso fácil a outras regiões do estado, do país e do exterior com rodovias pavimentadas e um entroncamento intermodal hidroviário, ferroviário e rodoviário, além de um aeródromo regional. A região situa-se às margens do rio Taquari e afluentes, na extensão compreendida entre os municípios de Arvorezinha e Taquari, estendendo-se, ao oeste, até os municípios de Progresso e Sério e, ao leste, até Poço das Antas e Paverama. Ocupa uma área de 4.826,4 km<sup>2</sup> de área (1,73% da área do Estado do RS – FEE Fundação de Economia e Estatística 2014), onde vivem 348.435 pessoas (3,11% da população do Estado do RS – dados FEE-2014), densidade demográfica de 69,3 hab/km<sup>2</sup> (FEE-2013), o Vale do Taquari apresenta uma grande concentração populacional, apresentando uma taxa média de crescimento demográfico, para o período de 2000-2010, de 0,89% ao ano, maior que a média estadual, de 0,49%, segundo dados do IBGE. Taxa de analfabetismo 4,06% (FEE-2010). A expectativa de vida ao nascer é de 73,61 anos (FEE–2000), o coeficiente de mortalidade infantil é de 9.17 por mil nascidos vivos (FEE–2013). Esta população é formada por várias etnias, em especial as de origem alemã, italiana e açoriana.

### **3.2 Aspectos econômicos do desenvolvimento do Vale do Taquari**

Em se tratando dos aspectos econômicos, são apresentados os seguintes indicadores e suas respectivas análises: Produto Interno Bruto – PIB e Produto Interno Bruto per capita – PIB per capita. O Produto Interno Bruto (PIB) da região do Vale do Taquari, que representa a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região quer sejam países, estados ou cidades, durante um período determinado, no ano de 2000 foi de R\$ 2.590.714.163, apresentou crescimento até o ano de 2013 no valor de R\$ 10.064.115.396, apresentando uma variação percentual de 288,47% no período analisado. A representatividade do PIB da região do Vale do Taquari em relação ao do estado do Rio Grande do Sul no ano de 2000 era de 3,17%, já no ano de 2013, 3,04%.

O quadro abaixo mostra o PIB de 2000 e 2013 dos municípios que compõem a região do Vale do Taquari.

**Quadro 1 – PIB dos municípios do Vale do Taquari**

Municípios	2000	2013
Anta Gorda	34.686.785	146.340.756
Arroio do Meio	224.258.790	835.344.353
Arvorezinha	41.252.530	181.268.871
Bom Retiro do Sul	69.167.812	199.252.417
Canudos do Vale		36.129.405
Capitão	10.851.654	53.219.711
Colinas	10.515.310	59.498.525
Coqueiro Baixo		28.657.594
Cruzeiro do Sul	59.214.271	261.979.377
Dois Lajeados	16.305.001	71.880.796
Doutor Ricardo	9.687.453	46.409.607
Encantado	183.543.315	610.855.817
Estrela	279.954.543	1.196.785.087
Fazenda Vilanova	18.840.458	102.654.111
Forquetinha		36.901.601
Ilópolis	17.843.570	93.574.336
Imigrante	25.292.187	167.668.252
Lajeado	623.547.638	2.884.715.783
Marques de Souza	18.998.486	63.975.658
Muçum	27.415.574	162.882.613
Nova Bréscia	21.007.666	71.949.489
Paverama	28.293.835	125.707.853
Poço das Antas	8.787.653	58.426.233
Pouso Novo	10.268.449	39.112.205
Progresso	30.173.069	97.990.951
Putinga	20.265.146	74.576.971
Relvado	9.210.028	42.440.715
Roca Sales	93.445.034	324.320.599
Santa Clara do Sul	44.706.320	161.096.882
Sério	12.675.493	35.207.633
Tabaí	9.973.718	67.257.688
Taquari	231.668.648	557.884.479
Teutônia	372.908.281	957.219.003
Travesseiro	13.574.409	54.864.542
Vespasiano Correa	12.381.037	51.514.340
Westfalia		104.551.143
<b>Vale do Taquari</b>	<b>2.590.714.163</b>	<b>10.064.115.396</b>
<b>RS (Estado)</b>	<b>81.814.713.666</b>	<b>331.095.182.854</b>

Fonte: CODEVAT - 2013



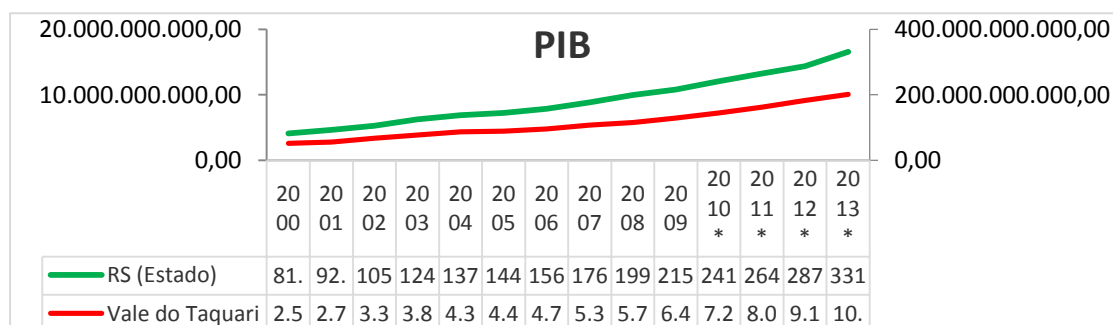
Dentre os municípios da região destacaram-se com os maiores valores no ano de 2013, Lajeado com PIB de (R\$ 2.884.715.783), Estrela (R\$ 1.196.785.087) e Teutônia (R\$ 957.219.003). Com os menores valores Coqueiro Baixo (28.657.594), Sérico (R\$ 35.207.633) e Canudos do Vale (R\$ 36.129.405). No mesmo período o Vale do Taquari apresentou acréscimo de 288,47% e o Rio Grande do Sul de 304,69%. Conforme mostra quadro e gráfico abaixo.

**Quadro 2 – PIB Vale do Taquari e Rio Grande do Sul**

	Diferença 2000/2013	Representatividade 2000	Representatividade 2013
<b>Vale do Taquari</b>	288,47%	3,17%	3,04%
<b>Rio Grande do Sul</b>	304,69%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do CODEVAT – 2013

**Gráfico 1 – PIB Rio Grande do Sul e Vale do Taquari**



Fonte: CODEVAT – 2013

O Produto Interno Bruto – per capita (PIB per capita) da região do Vale do Taquari, que representa o produto interno bruto, dividido pela quantidade de habitantes de um país, estado, cidade ou região, no ano de 2000 era de R\$ 6.343, apresentou crescimento até o ano de 2013, chegando ao valor de R\$ 24.287, apresentando uma diferença percentual de 282,88% entre 2000 e 2013. No ano de 2000, a média do PIB per capita do Vale do Taquari mostrava-se 10,83% superior à média estadual, enquanto que em 2013, o PIB da região mostrou-se 8,76% menos que a média estadual.

O quadro abaixo mostra o PIB per capita dos municípios do Vale do Taquari.

**Quadro 3 – PIB per capita municípios Vale do Taquari**

<b>Municípios</b>	<b>2000</b>	<b>2013</b>
Anta Gorda	5.494	23.471
Arroio do Meio	13.119	42.206
Arvorezinha	4.009	17.145
Bom Retiro do Sul	6.349	16.599
Canudos do Vale		19.625
Capitão	4.193	19.416
Colinas	4.285	23.828
Coqueiro Baixo		18.288
Cruzeiro do Sul	5.048	20.346
Dois Lajeados	5.057	21.123
Doutor Ricardo	4.542	22.291
Encantado	9.837	28.269
Estrela	10.147	37.042
Fazenda Vilanova	6.574	25.709
Forquetinha		14.545
Ilópolis	4.168	22.200
Imigrante	6.581	53.483
Lajeado	9.614	37.864
Marques de Souza	4.457	15.320
Muçum	5.810	32.773
Nova Brésia	4.615	21.730
Paverama	3.637	14.997
Poço das Antas	4.539	27.902
Pouso Novo	4.680	20.827
Progresso	4.664	15.398
Putinga	4.416	17.693
Relvado	4.047	19.247
Roca Sales	10.057	29.927
Santa Clara do Sul	9.214	26.549
Sério	4.721	15.462
Tabaí	2.764	15.338
Taquari	8.867	20.633
Teutônia	16.049	32.546
Travesseiro	5.813	22.985
Vespasiano Correa	5.615	25.796
Westfalia		35.744
<b>Vale do Taquari</b>	<b>6.343</b>	<b>24.287</b>
<b>RS (Estado)</b>	<b>5.723</b>	<b>26.619</b>

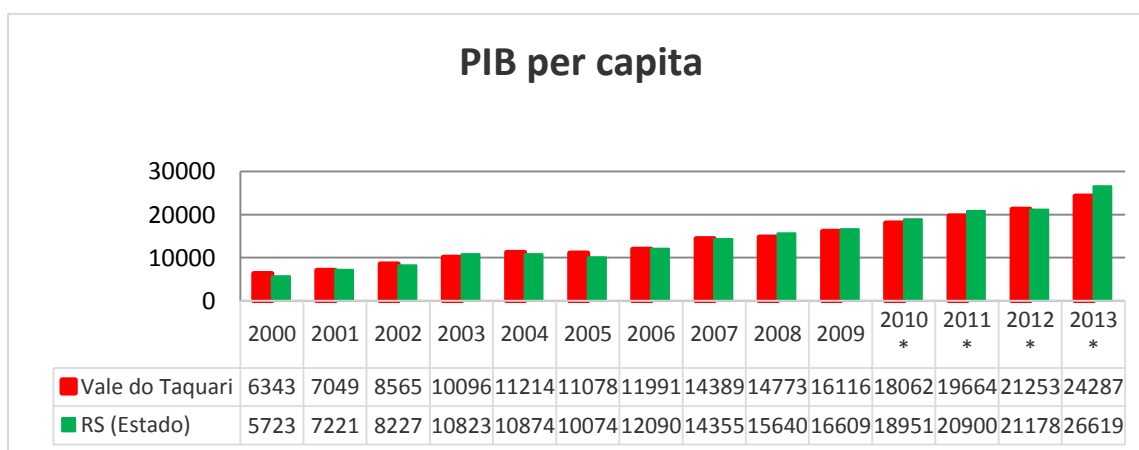
Fonte: CODEVAT – 2013

Dentre os municípios da região, neste indicador, destacaram-se com os maiores valores no ano de 2013, Imigrante (R\$ 53.483), Arroio do Meio (R\$ 42.206) e Lajeado (R\$ 37.864). Com os menores valores Forquetinha (R\$ 14.545), Paverama (R\$ 14.997) e Tabaí (R\$ 15.338). No mesmo período o Vale do Taquari apresentou acréscimo de 282,88% e o Rio Grande do Sul de 365,11% conforme mostra quadro e gráfico abaixo.

**Quadro 4 – PIB per capita Vale do Taquari e Rio Grande do Sul**

	Diferença 2000/2013	Diferença em relação à média estadual 2000	Diferença em relação à média estadual 2013
Vale do Taquari	282,88%	10,83%	-8,76%
Rio Grande do Sul	365,11%	100,00%	10,00%

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do CODEVAT – 2013

**Gráfico 2 – PIB per capita Vale do Taquari e Rio Grande do Sul**

Fonte: CODEVAT – 2013

Como desenvolvimento econômico não é composto apenas por variáveis quantitativas de crescimento econômico, como PIB, PIB per capita, será apresentado no subitem a seguir variáveis qualitativas relacionadas a indicadores sociais e qualidade de vida.

### 3.3 Aspectos sociais do desenvolvimento do Vale do Taquari

Neste subitem são apresentadas informações referentes a indicadores de desenvolvimento do Vale do Taquari: Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE geral, IDESE bloco educação, IDESE bloco renda e IDESE bloco saúde, que apresentam em suas informações dados que levam ao nível de desenvolvimento sócio econômico do Vale do Taquari.

O Instituto IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada fez um estudo em que comparou a importância das micro e pequenas empresas na economia dos municípios, e a expectativa de vida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e o Índice de Pobreza (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Os resultados mostram correlações positivas entre a presença de pequenas empresas

nos municípios e o nível de desenvolvimento econômico-social dos mesmos. Apresentam também correlações negativas entre a presença de pequenas empresas nos municípios e os níveis de pobreza. Sendo assim, municípios com uma maior expectativa de vida e mais desenvolvidos são também aqueles com uma maior participação das micro e pequenas empresas na economia local. Municípios com maior índice de pobreza são também aqueles com uma menor participação de micro e pequenas empresas na economia local.

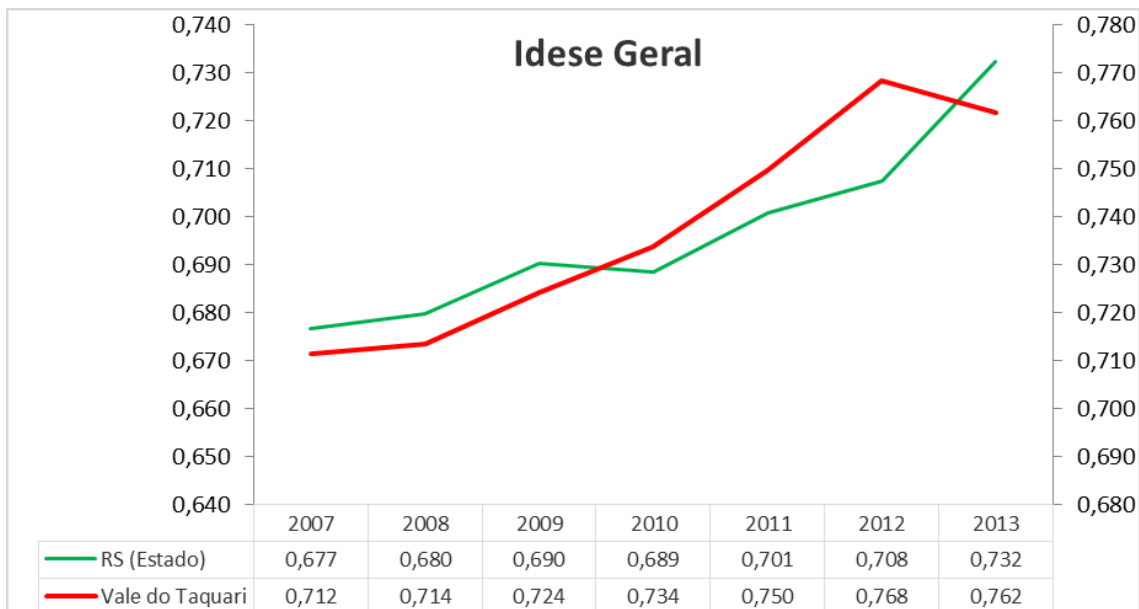
O IDESE tem por objetivo mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento do estado, de seus municípios e dos COREDES, informando a sociedade e orientando os governos tanto municipais como estadual nas suas políticas socioeconômicas. Esse índice se sustenta no modelo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDESE varia de zero a um e permite que se classifique o estado, os municípios ou os COREDES em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais a 0,800) (FEE, 2009). Ainda segundo dados da FEE (2014) e IBGE (2014), educação, saúde e renda, como blocos do IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico, mostram a região com indicadores melhores ou muito próximos à média estadual, assim como no caso do IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

O IDESE do Vale do Taquari entre o período de 2007 a 2013, período de tempo apresentado pelo CODEVAT, houve um aumento de 7,05%, impulsionado principalmente pelos municípios de Pouso Novo, com variação de 13,58% no período analisado, seguido de Colinas (13,08%) e também por Arvorezinha (12,48%). O IDESE do Rio Grande do Sul é 95% do Vale do Taquari, ou seja, em 2007 o IDESE do Vale do Taquari era 5% maior que o do estado, já em 2013 esta diferença caiu para 4% e o IDESE estadual apresentou um crescimento de 8,21% entre 2007/2013. Em 2012, o IDESE do COREDE Vale do Taquari foi de 0,768, encontrando-se no nível médio de desenvolvimento e na segunda posição no ranking dos 28 COREDEs do Estado. O quadro e gráfico abaixo mostram o IDESE geral do Vale do Taquari e Rio Grande do Sul no período de 2007 a 2013.

**Quadro 5 – IDESE geral Vale do Taquari e Rio Grande do Sul**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Diferença 2007/2013	Dif. em relação à média regional 2007	Dif. em relação à média regional 2013
<b>Vale do Taquari</b>	0,712	0,714	0,724	0,734	0,750	0,768	0,762	7,05%	100%	100%
<b>Rio Grande do Sul</b>	0,677	0,680	0,690	0,689	0,701	0,708	0,732	8,21%	95%	96%

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do CODEVAT – 2013

**Gráfico 3 – IDESE geral Rio Grande do Sul e Vale do Taquari**

Fonte: CODEVAT – 2013

A educação apresenta-se como um dos blocos do IDESE, pois ela é fundamental para a transformação de um país, pois os países que não valorizam o trabalho, a educação em geral e a ética na maioria das vezes apresentam uma economia frágil, com rendimentos inferiores o que refletirá em outros segmentos como qualidade e expectativa de vida, saúde e renda.

Segundo dados da FEE o bloco educação do IDESE apresenta como índices a taxa de abandono no ensino fundamental, taxa de reprovação no ensino fundamental, taxa de atendimento no ensino médio e taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos e mais de idade. Neste bloco houve variação positiva de 8,32%

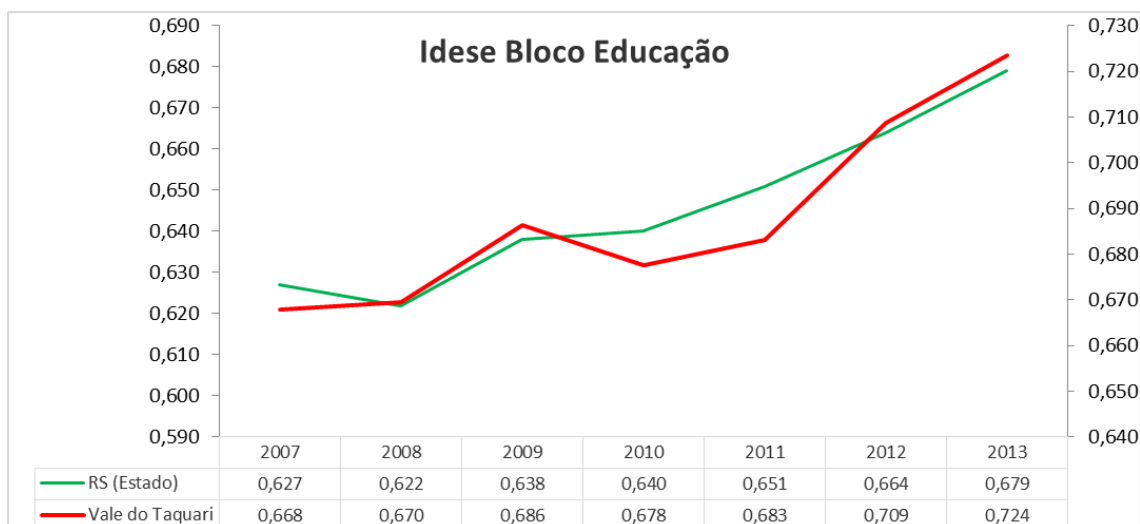
de 2013 em relação a 2007 no Vale do Taquari, e 8,29% a diferença estadual no mesmo período de tempo. Em 2007 o IDESE bloco educação da região era 6,14% maior que o estadual e em 2013 esta diferença ficou em 6,16%. Apesar de haver variação positiva o bloco educação ainda precisa ser melhorado, chegando mais próximos dos maiores valores de médio desenvolvimento ou então, de alto desenvolvimento. O quadro e gráfico abaixo mostram os resultados do IDESE bloco educação do Vale do Taquari e Estado para o período de 2007 até 2013.

**Quadro 6 – IDESE bloco educação Vale do Taquari e Rio Grande do Sul**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Diferença 2007/2013	Dif. em relação à média regional 2007	Dif. em relação à média regional 2013
<b>Vale do Taquari</b>	0,668	0,670	0,686	0,678	0,683	0,709	0,724	8,32%	100,00%	100,00%
<b>Rio Grande do Sul</b>	0,627	0,622	0,638	0,640	0,651	0,664	0,679	8,29%	93,86%	93,84%

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do CODEVAT – 2013

**Gráfico 4 – IDESE bloco educação Rio Grande do Sul e Vale do Taquari**



Fonte: CODEVAT – 2013

A renda é outra variável importante para o desenvolvimento para acompanhamento do crescimento econômico e a distribuição de renda. O IDESE bloco renda é composto por geração de renda (PIB per capita) e apropriação de renda (VAB per capita do comércio, alojamento e alimentação) (FEE), no Vale do

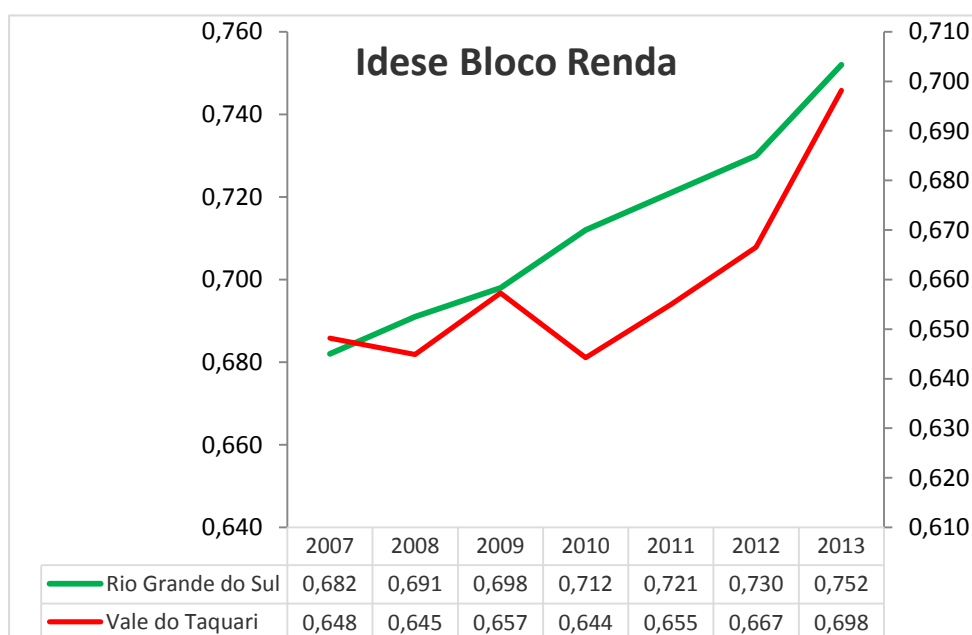
Taquari apresentou variação positiva de 7,71% entre 2007 e 2013, já no estado a variação foi de 10,26%. Em 2007 o IDESE bloco renda da região foi 4,96% menor que o estadual e em 2013 continuou menor com 7,15%, o bloco renda ocupa a sexta posição na classificação geral dos COREDES. De maneira geral, nove municípios estão no nível alto de desenvolvimento, com índices acima de 0,800. Pode-se observar que apesar de alguns municípios destacaram-se no nível alto de desenvolvimento no bloco renda, o restante dos municípios ainda apresenta baixos índices, o que deve ser melhorado. O quadro e gráfico abaixo apresentam o IDESE bloco renda do Vale do Taquari e Estado no período de 2007 a 2013.

**Quadro 7 – IDESE bloco renda Vale do Taquari e Rio Grande do Sul**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Dif. 2007/2013	Dif. em rel. à média estadual 2007	Dif. em rel. à média estadual 2013
<b>Vale do Taquari</b>	0,648	0,645	0,657	0,644	0,655	0,667	0,698	7,71%	-4,96%	-7,15%
<b>Rio Grande do Sul</b>	0,682	0,691	0,698	0,712	0,721	0,730	0,752	10,26%	100%	100%

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do CODEVAT – 2013

**Gráfico 5 – IDESE bloco renda Rio Grande do Sul e Vale do Taquari**



Fonte: CODEVAT – 2013

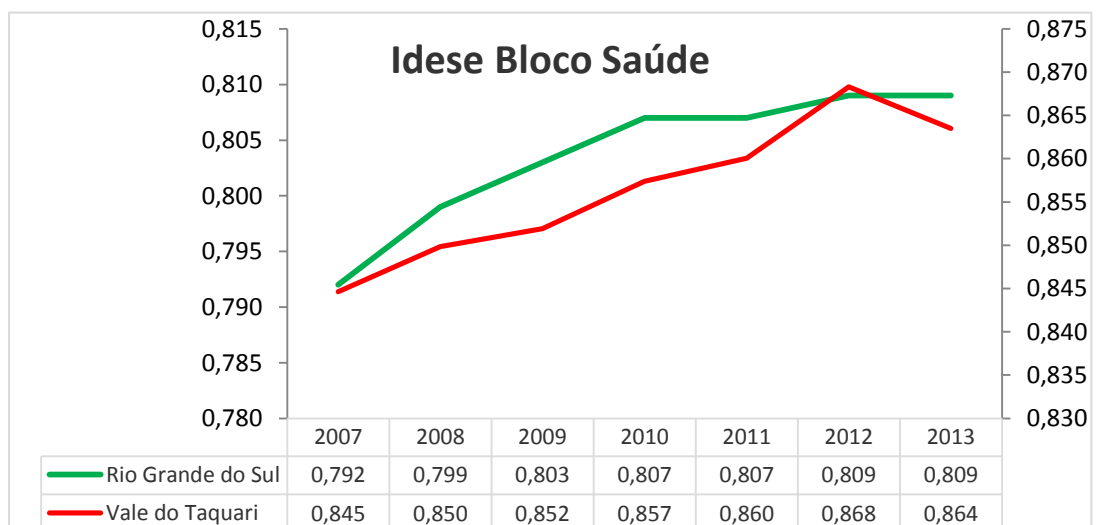
Por fim, a saúde como uma variável do desenvolvimento econômico, uma vez que, mantém e aumenta a produtividade da mão de obra, capital humano e qualidade de vida. O bloco saúde do IDESE é composto por percentual de crianças com baixo peso ao nascer, taxa de mortalidade de menores de cinco anos e esperança de vida ao nascer (FEE). O IDESE regional bloco saúde apresentou uma diferença positiva no ano de 2007 em relação a 2013 de 2,23%, o estado apresentou 2,15% de diferença no período analisado. No ano de 2007 este bloco era 6,65% maior que o estadual, já em 2013 houve um pequeno aumento ficando em 6,74% maior. Os dados mostram um alto nível de desenvolvimento. O quadro e gráfico abaixo apresentam dados referente ao IDESE bloco saúde do Vale do Taquari e Estado no período de 2007 até 2013.

**Quadro 8 – IDESE bloco saúde Vale do Taquari e Rio Grande do Sul**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Dif. 2007/2013	Dif. em rel. à média Estadual 2007	Dif. em rel. à média Estadual 2013
<b>Vale do Taquari</b>	0,845	0,850	0,852	0,857	0,860	0,868	0,864	2,23%	6,65%	6,74%
<b>Rio Grande do Sul</b>	0,792	0,799	0,803	0,807	0,807	0,809	0,809	2,15%	100%	100%

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do CODEVAT – 2013

**Gráfico 6 – IDESE bloco saúde Rio Grande do Sul e Vale do Taquari**



Fonte: CODEVAT – 2013



Em resumo aos indicadores sociais, segundo Alvim, Calandro e Souza (2011) o Vale do Taquari apresentou valores superiores à média do estado e do país, apesar de bons resultados em educação e saúde apresentando nível médio de desenvolvimento socioeconômico em educação e renda e nível alto de desenvolvimento socioeconômico em saúde, houve grandes diferenças entre os municípios da região. No que se refere à desigualdade de renda, em 2000 o índice de Gini era igual a 0,47, mostrando uma situação de menor desigualdade se comparado ao Rio Grande do Sul e ao Brasil, que apresentam índices de 0,52 e 0,65 respectivamente. A taxa média de fecundidade na região era de 2,12 filhos, também inferior à média do Estado que era de 2,37 filhos, e do Brasil 2,86 filhos. O índice de longevidade na região apresentava uma perspectiva de vida ao nascer de 73,7 anos, acima da média estadual de 72,5 anos e também da média nacional de 67,8 anos de vida. Em relação à taxa de alfabetismo, em 2000 a taxa da região era de 92,4%, superior à média estadual e nacional, 90,8% e 86,4% respectivamente. Quanto à média de anos de estudos das pessoas com mais de 25 anos (5,02 anos) era levemente inferior à média estadual (5,08 anos) porém superior à nacional (4,04 anos). Entretanto o percentual de pessoas com 25 anos ou mais analfabetas na região era de 8,3%, enquanto no Estado esse índice era de 10,5% e no Brasil 26,7%.

As características socioeconômicas do Vale do Taquari apresentadas, mostram de uma maneira geral e através de alguns indicadores, mesmo que em curto período de tempo, o processo de desenvolvimento da região do Vale do Taquari. Os dados mostram que o Vale do Taquari acompanhou o crescimento em relação ao estado, destacando a força da suinocultura, da avicultura e do setor leiteiro, que tornam a agropecuária regional muito competitiva quando comparada ao restante do país. Tanto os dados econômicos como os dados sociais apresentados demonstram os resultados de políticas e estratégias de investimentos que ajudam a gerar mais riqueza interna, empregando pessoas e gerando mais renda, como por exemplo, incentivar o empreendedorismo, as micro e pequenas empresas na região. Essas estratégias de desenvolvimento são vislumbradas nas regiões do estado através dos COREDEs regionais. No caso do Vale do Taquari, além do COREDE do Vale encontra-se também o CODEVAT que será apresentado no subitem a seguir.

### **3.4 CODEVAT- Conselho regional de desenvolvimento do Vale do Taquari**

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) apresentam-se como uma forma de geração de capital social como agentes internos de desenvolvimento, uma continuidade no médio e longo prazo de iniciativas próprias por parte da sociedade civil que inicialmente começaram pelo Estado através do incentivo à políticas públicas. Estabelecer o diferencial de cada lugar e por meio disto buscar organização, endogeneização de capacidades, competências, habilidades e mobilização da comunidade regional, estimular a ação organizada da sociedade na busca do desenvolvimento e orientar e respaldar as políticas públicas para a região, além de definirem soluções conjuntas para problemas específicos da região e elaborar estratégias de desenvolvimento, dirigindo recurso estadual às demandas verificadas localmente.

Segundo Filho (s.d.), Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul apresentam-se como resultado do processo de redemocratização brasileira, sacramentada pela Constituição de 1988, e pelo crescimento das discussões acerca das diferenças regionais no estado em meados da década de 1980. Organizadas localmente por iniciativa do Governo do Estado, são instituições independentes, nascidas com a finalidade de promover a descentralização política, por meio da manutenção de um espaço permanente e apartidário de participação da comunidade regional.

Implantados a partir de 1991 e sancionados por Lei Estadual nº 10.283 (Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2010), de 17 de outubro de 1994, os COREDEs mantêm hoje sua independência ao Governo do Estado e respondem por 22 diferentes regiões, cobrindo todo o território do estado, apresenta-se como um fórum de discussão, integrando e decidindo políticas, ações, recursos e lideranças com recursos orientados ao desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul. Seus objetivos principais são:

- formular e executar estratégias regionais, consolidando-as em planos estratégicos de desenvolvimento regional;
- avançar a participação social e cidadã, combinando múltiplas formas de democracia direta com representação política;

- constituir-se em instância de regionalização das estratégias e das ações dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Rio Grande do Sul, conforme estabelece a Constituição do Estado;

- avançar na construção de espaços públicos de controle social dos mercados e dos mais diversos aparelhos do Estado;

- conquistar e estimular a crescente participação social e cidadã na definição dos rumos do processo de desenvolvimento gaúcho;

- intensificar o processo de construção de uma organização social pró-desenvolvimento regional;

- difundir a filosofia e a prática cooperativa de se pensar e fazer o desenvolvimento regional em parceria.

São oito os princípios que regem os COREDES:

I – Promoção do desenvolvimento regional;

II – Autonomia;

III – Pluralidade e identificação de consensos;

IV – Confiança, cooperação e formação de parcerias;

V – Integração, articulação e consolidação das identidades regionais;

VI – Busca da regionalização das políticas de desenvolvimento;

VII – Aumento permanente da representatividade e da organização;

VIII – Apoio à continuidade das políticas de interesse regional.

Conforme Siedenberg (2004), citado por Agostini (2015, p. 28),

[...] desde o início da década de 90 até a atualidade, os principais fóruns constituídos e órgãos legalmente instituídos no estado do Rio Grande do Sul para discutir estratégias e propor políticas e ações voltadas ao desenvolvimento regional foram os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, também conhecidos pela sigla COREDE.

Os COREDES foram criados com o objetivo de suprir a falta de órgãos de articulação regional do Estado e, além disso, ser um instrumento de mobilização da sociedade, para que seja capaz de aprofundar a discussão sobre os problemas regionais. Ainda possuem a finalidade de serem canais de comunicação e de realização de parcerias com as administrações públicas tanto federal, estadual, como municipal, possibilitando a participação da comunidade de maneira organizada e dos atores regionais na formulação e implementação de iniciativas voltadas para a promoção do desenvolvimento regional (CODEVAT). A visão do COREDE é articular os atores sociais, políticos e econômicos das regiões, inclusive colaborando para

organizar os segmentos desorganizados, transformando-os em sujeitos coletivos capazes de formular suas próprias estratégias de desenvolvimento e, assim, serem construtores de seu próprio modelo de desenvolvimento regional.

Sua missão é de ser espaço plural e aberto de construção de parcerias sociais e econômicas, em nível regional, através da articulação política dos interesses locais e setoriais em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento para as regiões do Rio Grande do Sul, exemplo de participação cidadã através dos conselhos podemos citar a criação da Consulta Popular através da Lei nº 11.179, de 17 de junho de 1998. Esta lei determina que a população defina diretamente parte dos investimentos e serviços que constarão no orçamento do estado. Anualmente o governo do estado fixa o valor submetido à deliberação da população. Este valor é distribuído entre as 28 regiões do estado, de acordo com o critério de população e de Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE. Após definido o valor para cada região, o governo e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) organizam o processo de discussão em audiências públicas regionais, assembleias municipais e fóruns regionais. Nos encontros é formada uma cédula de votação regional, que é submetida aos eleitores gaúchos em um dia de votação da consulta popular.

Os critérios definidos pela Consulta Popular 2015/2016 para o Vale do Taquari foram rateio do valor a ser recebido de um total de R\$ 1.507.400,00 distribuídos da seguinte forma: R\$ 502.466,66 para saúde (regionalização da saúde, saúde da família), R\$ 502.466,66 para educação (equipamentos e mobiliários básicos para as escolas de educação básica), R\$502.466,68 para desenvolvimento rural, agricultura, desenvolvimento econômico e ciência e tecnologia (correção do solo, apoio à cadeia produtiva do leite, apoio à cadeia produtiva da fruticultura, qualificação dos parques agropecuários, apoio e ampliação da infraestrutura rural, fortalecimento dos sistemas locais e regionais de abastecimento, apoio ao desenvolvimento da produção leiteira e da pecuária familiar, apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, apoio a agroindústria familiar, desenvolvimento integrado da pesca artesanal e da aquicultura, fortalecimento etno sustentável de comunidades indígenas e quilombolas, fomento à pesquisa, ao desenvolvimento e a inovação, apoio aos polos tecnológicos, redes de cooperação, apoio aos arranjos produtivos locais).

Outro exemplo prático da atuação dos COREDES no desenvolvimento socioeconômico das regiões é o planejamento estratégico regional, através de uma construção coletiva e participação cidadã. O documento apresenta-se como a primeira etapa de um trabalho contínuo, as proposições, análises e os projetos nele contidos compõem a base futura de discussões, cujo objetivo é o desenvolvimento regional. Segundo Oliveira (2006), citado por CODEVAT (1995) pensar o futuro da região perpassa um processo de construção que percebe o local e o global, o presente e o futuro. Planejar é criar um processo de construção de um futuro desejado. Para isso, delineiam-se meios de tornar o estado desejado como efetivo. “A atividade de planejamento é complexa em decorrência de sua própria natureza, qual seja, a de um processo contínuo de pensamento sobre o futuro” (OLIVEIRA, 2006 apud CODEVAT, 1995, p. 14).

Desta forma,

O processo de planejar envolve, portanto, um modo de pensar; e um salutar modo de pensar envolve indagações; e indagações envolvem questionamentos sobre o que fazer, como, quando, quanto, para quem, por que, por quem e onde. O resultado final do processo de planejamento, normalmente, é o plano, sendo que este deve ser desenvolvido [...] [pela região] e não [...] [para a região] (OLIVEIRA, 2006 apud CODEVAT, 1995, p. 14).

Ou, então,

[...] pode-se considerar que o planejamento é uma ferramenta de trabalho utilizada para tomar decisões e organizar as ações de forma lógica e racional, de modo a garantir os melhores resultados e a realização dos objetivos de uma sociedade, com os menores custos e no menor prazo possível (SIEDENBERG, 2009 apud CODEVAT, 1995 p.14).

Desde a criação dos primeiros COREDES até o presente momento, em que a formação são de 28 conselhos, agrupados em nove regiões funcionais estabelecidas com base em critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social e na adequação das variáveis correspondentes para identificação das polarizações, ou seja, do emprego, das viagens por tipo de transporte, da rede urbana, da saúde e da educação superior. A atuação deles se dá em diferentes instâncias de planejamento e gestão regional, em defesa dos interesses das diferentes instâncias, setores, grupos de indivíduos, pertencente a cada região e a atuação é reconhecida por outras instâncias e pelo Governo do Estado. Por ser o objetivo do presente trabalho será dado maior enfoque ao Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Taquari.

O Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Taquari, foco deste trabalho, surgiu em 1991 a partir da integração de duas entidades: a Fundação Alto Taquari de Ensino Superior – Fates e a Associação dos Municípios do Vale do Taquari – AMVAT. Em maio do mesmo ano, a Fates encarregou-se de organizar um plano de ação para a implementação da proposta de um Conselho Regional de Desenvolvimento no Vale do Taquari. Em agosto do mesmo ano, a Fundação coordenou sete reuniões microrregionais envolvendo 300 lideranças para apresentar os primeiros subsídios levantados e entregar um questionário a ser preenchido por cada um dos 24 municípios, procurando identificar problemas, potencialidades e prioridades municipais e regionais. Nestas reuniões confirmou-se a necessidade do CODEVAT desempenhar o papel de articulador e promotor de ações fundamentais para o desenvolvimento da região. Atualmente compreende 36 municípios<sup>5</sup>, onde procuram identificar problemas, potencialidades e prioridades municipais e regionais. Segundo Agostini e Greve (p. 29) “as reuniões do CODEVAT buscam demonstrar a necessidade do mesmo desempenhar o papel de articulador e promotor de ações fundamentais para o desenvolvimento da região”.

O plano estratégico regional de desenvolvimento do CODEVAT expressa com clareza a percepção da necessidade da região de integrar os agentes unindo esforços na busca do seu desenvolvimento. Segundo o CODEVAT, o objetivo principal de seu planejamento estratégico regional é o de implementar o processo de planejamento estratégico no Vale do Taquari. Seus objetivos específicos são elaborar o planejamento estratégico para o Vale do Taquari, relacionando programas, projetos e ações de desenvolvimento para a região; inserção do CODEVAT no Vale do Taquari; promover a ampla participação popular no processo de construção do planejamento. Implantar a estrutura de gestão do planejamento estratégico regional. Segundo o CODEVAT (1995, p. 33) “alcançando esses objetivos, pretende configurar-se em um processo de gestão de desenvolvimento regional, implementado e revisado constantemente, para melhor atendimento das necessidades regionais”.

---

<sup>5</sup> Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Bom Retiro do Sul, Canudos do Vale, Capitão, Colinas, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Fazenda Vilanova, Forquetinha, Ilópolis, Imigrante, Lajeado, Marques de Souza, Muçum, Nova Brésia, Paverama, Poço das Antas, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Roca Sales, Santa Clara do Sul, Sérgio, Tabaí, Taquari, Teutônia, Travesseiro, Vespasiano Corrêa e Westfália.

O planejamento estratégico regional do Vale do Taquari formulado pelo CODEVAT com base em levantamentos estatísticos quantitativos e qualitativos de dados secundários, dados primários, dados não disponíveis e que foram levantados nas prefeituras municipais da região, a partir destas informações são feitas as análises qualitativas e quantitativas. É efetivada a matriz SWOT ou FOFA regional, avaliando as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, com o objetivo de explicitar potencialidades, desafios, riscos e limitações.

Ao final é definido um modelo de gestão do planejamento estratégico do Vale do Taquari. Como pontos positivos o CODEVAT destacou fácil acesso ao centro do estado por malha rodoviária que perpassa a região; diversidade econômica; educação de qualidade; espírito de poupança; associativismo; universidade; boa qualidade de vida. Como pontos negativos destacou necessidade de duplicação da BR 386; pouco uso dos outros modais de transporte existentes na região (pluvial, aéreo, ferroviário); falta de acessos asfálticos a municípios da região; necessidade de comprometimento da política representativa; baixo efetivo na segurança pública; poluição e degradação do meio ambiente; drogadição; precariedade do saneamento básico; necessidade de pensar ações de caráter microrregional e regional; hospital público; necessidade de incentivo às empresas; necessidade de descentralizar algumas atividades na região. Em relação à gestão econômica o Conselho novamente destacou a necessidade de incentivar os micro e pequenos empreendimentos, qualificando as empresas locais para reconfigurar a percepção da região na agregação de valor, o desenvolvimento passando a valorizar as especificidades regionais, sejam elas, sociais, culturais, ambientais como também por aspectos competitivos, apresentando condições de empreender em negócios que possibilitem a inserção regional no ambiente global competitivo. Com a diversificação há a possibilidade da região criar condições de desenvolver-se de maneira autônoma e não dependente de um ou poucos setores produtivos.

A precondição, o pressuposto para que isso ocorra (melhoria de competitividade e garantia de sustentabilidade), sem dúvida, é a busca constante da cooperação entre os agentes do processo de desenvolvimento. Só a parceria, via cooperação, pode assegurar para regiões como o Vale do Taquari melhoria nos seus níveis de competitividade, bem como garantir a sustentabilidade do padrão de desenvolvimento regional inserido no processo geral-mundial de desenvolvimento (CODEVAT, 1995, p.12).

Segundo o Estatuto do CODEVAT (art.4º, 2008) seus princípios fundamentam-se em:

- indivisibilidade do ser humano e sua condição indeclinável de sujeito da história;
- respeito à individualidade e à conseqüente pluralidade de representação;
- desenvolvimento entendido como resultado da ação do homem, o qual, capaz de interferir na realidade, a modifica a partir da perspectiva da história, tendo em vista o crescimento de seu patrimônio cultural e material, garantido o consumo deste de forma justa entre os indivíduos e preservada a relação harmoniosa dos homens com a natureza e dos homens entre si;
- democracia na dinâmica dos processos e nas decisões;
- visão do Vale do Taquari como unidade regional que transcende ao simples somatório de áreas geográficas municipais.

Ainda segundo o Estatuto do CODEVAT, seus principais objetivos são:

- promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações do governo da região, visando à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição equitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente, e especialmente:

- I - viabilizar a participação plural na discussão dos problemas e potencialidades e na definição de prioridades para a região;

- II - favorecer a identificação e percepção de uma comunidade regional;

- III - oportunizar a discussão de propostas autóctones para a superação de dificuldades e o aproveitamento de potencialidades regionais, de tal sorte que o desenvolvimento regional seja orientado e dirigido pelo povo do Vale do Taquari;

- IV - ser permanente espaço e escola de democracia;

- V - superar a apatia política mediante a valorização da cidadania;

- VI - descobrir e descrever, em processo participativo, a vocação socioeconômica do Vale do Taquari;

- VII - instituir na região um sistema de dados e informações, de acesso democrático, de sorte a favorecer a participação e o espírito empreendedor;

- VIII - elaborar planos estratégicos de desenvolvimento regional;

- IX – buscar a compatibilização das prioridades locais, regionais e estaduais;



X – negociar junto aos Governos Federal, Estaduais e Municipais a viabilização e a execução de projetos de âmbito regional;

XI - promover, em toda ação e processo de desenvolvimento, a harmonia das relações dos homens entre si e do homem com o meio ambiente, a melhoria na qualidade de vida da população e a distribuição equitativa da riqueza produzida.

Estes objetivos buscam promover:

- a agregação de valor às cadeias produtivas vinculadas ao agronegócio, por meio de investimentos e incentivos, da busca à sua complementação e sustentabilidade (econômica, social e ambiental), da qualificação dos empreendimentos por meio de certificados de qualidade e/ou registros de procedência e do estímulo aos negócios voltados a pequenos e médios empreendimentos, baseados no associativismo e/ou cooperativismo, investimentos em cadeias produtivas alternativas às do agronegócio, que possam também aproveitar as características regionais;

- o desenvolvimento a partir da inovação tecnológica, de pesquisas, de patentes, de negócios inovadores, do empreendedorismo e da qualificação da mão de obra, para maior inserção no mercado globalizado e qualificação das empresas locais e dos produtos regionais;

- investimentos no turismo regional, utilizando-se os atrativos naturais/culturais para inserir a região neste mercado;

- a implementação de programas e projetos que possibilitem o acesso de todos os municípios às tecnologias da informação, em se tratando de telefonia, fixa e móvel, e internet;

- promover projetos que viabilizem a implantação de sistemas que qualifiquem a energia distribuída;

- a implantação de sistemas e/ou programas para saneamento (tratamento de esgotos, destinação de lixo, tratamento de resíduos e tratamento de água) e redução da carga orgânica despejada nos recursos hídricos, possibilitando, além da qualificação dos recursos hídricos, melhoria nas condições ambientais e sociais regionais;

- a qualificação da logística regional visando à melhor exploração das potencialidades dos transportes rodoviário, ferroviário e fluvial disponíveis e da localização privilegiada da região;

- promover a implementação de programa de habitações populares para prevenir a formação de centros habitacionais irregulares nos municípios do Vale do Taquari;
- segurança pública de qualidade, suprindo seus órgãos com recursos humanos, materiais e tecnológicos;
- programas/projetos/ações que visem ao atendimento de saúde integral (preventiva e corretiva), atuando nas mais diversas complexidades (baixa, média e alta);
- a qualificação profissional e cidadã por meio da educação formal, não formal e profissionalizante, vinculadas aos saberes regionais;
- programas/projetos/ações que visem à inserção/inclusão e assistência social;
- programas/projetos/ações que tratem de dependência química;
- espaços de construção da participação cidadã, de formação de lideranças regionais e a ampliação da representatividade política e classista em instâncias estaduais e federais;
- a consolidação das relações interinstitucionais locais/regionais;
- a revitalização de parcerias público-privadas;
- mecanismos de gestão nos municípios.

A visão do CODEVAT é ser uma região de referência no país em qualidade de vida, baseada em valores humanos e sustentabilidade ambiental, com fortes e duradouros relacionamentos interinstitucionais. Sua vocação é o Vale do Taquari possui uma economia diversificada, inovadora e empreendedora, voltada à educação como fundamento na rede de formação, à saúde integral e preventiva, à preservação da segurança e da ordem pública e ao turismo e lazer. Seus valores são valores familiares, comunitários, de formação histórico-cultural, de respeito pelos saberes populares; valores voltados para o trabalho, honestidade, ética, compromisso e organização; valores da percepção do público como sendo de todos; valores de identificação em que cada cidadão sente ser parte da construção do Vale do Taquari; valores de respeito às autoridades, às leis e à ordem pública.

Assim como o CODEVAT a região apresenta a existência de entidades que se dizem regionais, tanto aquelas com caráter setorial como as determinadas a partir do território. Percebe-se que diferentes grupos de profissionais estão organizados regionalmente como escritores, engenheiros agrônomos, trabalhadores rurais,

engenheiros e arquitetos, contadores, trabalhadores da saúde. Também, entidades empresariais, tanto associações como sindicatos patronais, entidades de ensino, pesquisa e extensão e entidades com recorte territorial. Pode-se dizer que quanto maior o nível de organização, de grupos, de participação, formal e informal, maior é o capital social. Assim, todos são fundamentais como possibilitadores da formação desse capital na região e de um desenvolvimento regional.

Como já abordado no decorrer do trabalho os agentes internos de desenvolvimento são os principais geradores de capital social, no Vale do Taquari, além do CODEVAT a formação de redes de cooperação que conforme Wittmann e Dotto (2003), com o objetivo de aumentar a competitividade e fortalecer as pequenas e médias empresas, o Governo do Estado de Rio Grande do Sul, através da Secretaria Estadual do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (Sedai) implantou o Programa Redes de Cooperação para incentivar a prática do associativismo empresarial, existem 15 redes empresariais horizontais implementadas pelo Programa Redes de Cooperação, em parceria com as universidades. Estas redes possuem características distintas em relação ao setor produtivo (indústria, comércio e serviço) e também quanto a composição, ou seja, em relação a localização das empresas participantes, sendo que algumas tem caráter regional, possuindo somente empresas estabelecidas no Vale do Rio Pardo e Taquari, enquanto que outras são estaduais. São exemplos de redes regionais aos dos setores produtivos de serralharias e metalúrgicas, produção de flores, indústria de vestuário, turismo rural, indústrias ervateiras, indústrias de laticínios e produção de tijolos e telhas.

As micro e pequenas empresas que formam as redes de cooperação são fundamentais para o desenvolvimento da região. Nesse sentido, o capítulo a seguir apresentará uma análise de dados estatísticos da região do Vale do Taquari.

## **4 ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COMO AGENTES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO VALE DO TAQUARI**

Este capítulo apresenta uma análise da importância das micro e pequenas empresas do Vale do Taquari para o processo de desenvolvimento regional. Como foi visto nos capítulos anteriores, a base teórica encontra-se em diversos autores citados como Becker (2003) que descreve sobre a importância do desenvolvimento local/regional como um processo de transformações econômicas, sociais e políticas, cuja dinâmica é originada de dentro para fora e por iniciativa própria desses sujeitos coletivos regionais. Chiavenatto (1994) descrevem as pequenas empresas como constituintes principais da dinâmica da economia dos países, também como impulsionadoras de mercados, geradoras de oportunidades e proporcionadoras de empregos. Para demonstrar tal importância e atingir o objetivo desejado utilizou-se dados secundários os quais foram localizados no SEBRAE, CODEVAT, FEE.

### **4.1 As micro e pequenas empresas – são importantes para o desenvolvimento regional?**

O reconhecimento da importância econômica e social das micro e pequenas empresas no desenvolvimento regional fez com que iniciativas de implementação e reformulação de políticas públicas fossem colocadas em prática, tais medidas buscaram reduzir a tributação, a desburocratização e promover a formalização das unidades produtivas do segmento, com impactos sobre as condições e relações de trabalho e também sobre a competitividade das micro e pequenas empresas perante as maiores.

As micro e pequenas empresas presentes na região do Vale do Taquari permitem alcançar o desenvolvimento local e regional a toda região, evidenciado o seu papel na sociedade, seja pela parte econômica ou pela sua contribuição na melhoria de vida da sua população, com geração de renda e postos de trabalho, já que são a base de muitas economias locais para quem não teria a oportunidade de empregabilidade em empresas de maior porte, sendo de fundamental importância o aporte das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento na região estudada.

Como exemplo, os indicadores do número de micro e pequenas empresas no Vale do Taquari, que as reforça como agentes internos de desenvolvimento. A maioria das micro e pequenas empresas do Vale do Taquari encontra-se no setor do

comércio, seguido do setor de serviços, indústria, construção civil e por último o setor de agropecuária. A região é caracterizada como uma das principais regiões produtoras de alimentos do estado, com efeito multiplicador também sobre a economia regional em função da exportação de parcela da produção para outras regiões. Há também produção de móveis, confecções, calçados e outros, formando o diferencial da região do Vale do Taquari, mobilizando, organizando e endogeneizando capacidades, competências e habilidades da comunidade regional. Desta forma, há geração de renda, equidade na sua distribuição, redução da desigualdade e pobreza, geração de empregos e melhor eficiência na alocação de recursos tanto públicos como privados.

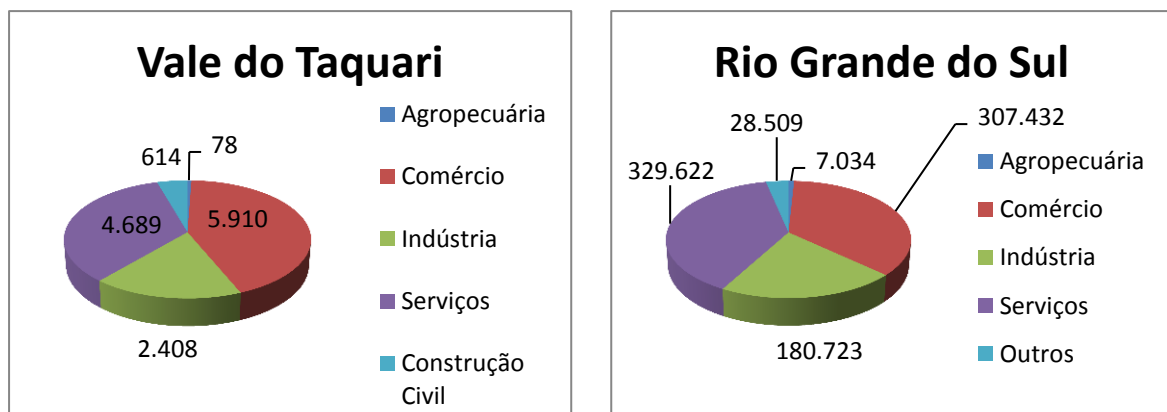
O quadro abaixo mostra uma maior concentração de micro e pequenas empresas nos setores de comércio, indústria e serviços, pois estas empresas geralmente iniciam-se como pequenos negócios que podem expandir-se com o passar do tempo e também muitas vezes apresentam maior faturamento e geração de renda inicial.

**Quadro 9 – Número de micro e pequenas empresas por atividade econômica Vale do Taquari e Rio Grande do Sul**

	Agropecuária	Comércio	Indústria	Serviços	Construção Civil	TOTAL
<b>Vale do Taquari</b>	78	5.910	2.408	4.689	614	13.699
<b>Rio Grande do Sul</b>	2.175	162.114	49.802	126.956	15.612	356.659

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do SEBRAE – 2014

**Gráfico 7 - Número de micro e pequenas empresas por atividade econômica Vale do Taquari e Rio Grande do Sul**



Fonte: SEBRAE – 2014

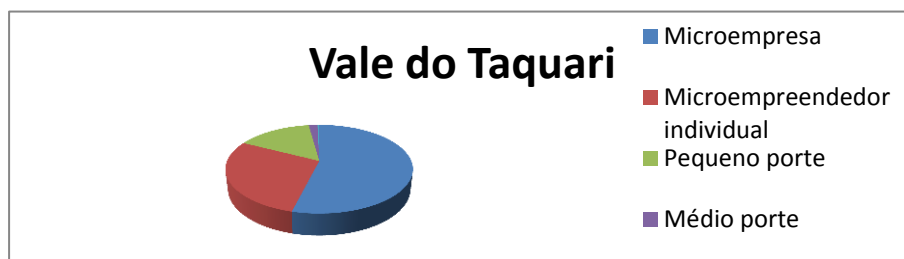
A seguir são apresentados dados referentes a número de empresas por porte, número de empregos por porte de empresa, faturamento das micro e pequenas empresas Optantes pelo Simples Nacional e Índice de Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas. O número total de empresas do Vale do Taquari estão divididas em 10.664 microempresas, 5.643 como microempreendedor individual, 3.035 pequeno porte, 356 médio porte e 74 de grande porte. As micro e pequenas empresas e o microempreendedor individual apresentam-se como maior parte do número de empresas tanto regionalmente como a nível estadual, percentualmente correspondem a 98% das empresas do Vale do Taquari e também do Rio Grande do Sul. As microempresas e pequenas empresas e os microempreendedores individuais do Vale do Taquari representam 29,31% das empresas de mesmo porte do estado.

**Quadro 10 – Empresas por porte Vale do Taquari e Rio Grande do Sul**

	Microempresa	Microempreendedor individual	Pequeno porte	Médio porte	Grande porte	Total
Vale do Taquari	10.664	5.643	3.035	356	74	19.772
Rio Grande do Sul	284.045	210.212	72.614	9.660	1.609	578.140

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da Receita Federal citados pelo SEBRAE – 2014

**Gráfico 8 – Empresas por porte Vale do Taquari e Rio Grande do Sul**



Fonte: Receita Federal citado por SEBRAE – 2014

Sendo maioria, as micro e pequenas empresas afirmam os valores e recursos da comunidade regional tanto culturais, econômicos, éticos, morais e naturais, ou seja, o capital social regional. Como já citado sobre o Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari cujo objetivo dos conselhos regionais de desenvolvimento é a articulação dos atores sociais, políticos e econômicos das regiões, no caso do presente trabalho, especificamente as micro e pequenas empresas que se transformam em sujeitos coletivos capazes de formular suas próprias estratégias de desenvolvimento, reconfigurando a percepção da região na agregação de valor, o desenvolvimento passando a valorizar as especificidades regionais, e assim, serem construtores de seu próprio modelo de desenvolvimento regional. Por isso a importância das micro e pequenas empresas em desenvolver a economia de regiões menos desenvolvidas, reforçando seu capital humano e social, incentivando a inovação tecnológica, empreendedorismo, diversidade de atividades econômicas, com apoio dos atores locais, apresentando condições de empreender em negócios que possibilitem a inserção regional no ambiente global competitivo.

Em relação ao trabalho formal total das empresas, as micro empresas do Vale do Taquari empregam 13.384 trabalhadores, microempreendedor individual 285, as empresas de pequeno porte 26.007, as de médio porte 10.288 já as de grande porte 34.787, totalizando 84.751 empregados em 2013. Conforme mostra o quadro abaixo:

**Quadro 11 – Número de empregos por porte de empresa Vale do Taquari e Rio Grande do Sul**

	Microempresa	Microempreendedor individual	Pequeno porte	Médio porte	Grande porte	Total
Vale do Taquari	13.384	285	26.007	10.288	34.787	84.751
Rio Grande do Sul	354.481	4.674	681.345	383.364	830.872	2.254.736

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da Receita Federal citados pelo SEBRAE – 2014

Silva (2015) e Paiva (2003) além de diversos outros autores citados ao longo do trabalho acreditam que as micro e pequenas empresas podem ser vista como constituintes centrais da dinâmica da economia dos países, as impulsionadoras dos mercados, as geradoras de oportunidades e principalmente como proporcionadoras de empregos, além de grande poder competitivo, sendo um dos principais agentes

de transformação da economia, estimulando a competição econômica gerando novas oportunidades e auxiliando as grandes empresas nos processos e desenvolvimentos.

Os empregados das microempresas correspondem a 15,79% do total de empregos, 0,33% microempreendedor individual, 30,69% representam os empregados das empresas de pequeno porte em relação ao total, 12,14% médio porte e as empresas de grande porte 41,05% do total. O Rio Grande do Sul segue na mesma relação com as grandes empresas empregando a maior parte da mão de obra com representatividade em relação ao total de 36,85%, já as micro e pequenas empresas e os microempreendedores individuais correspondem a 46,13% enquanto que as empresas de médio porte representam 17,02%. As micro e pequenas empresa pela sua característica endógena regional fazem uma ação de dentro para fora buscando atender os interesses sociais, econômicos e ambientais do desenvolvimento econômico regional.

Um outro elemento fundamental para a análise da importância das micro e pequenas empresas no desenvolvimento regional do Vale do Taquari é o faturamento delas. O faturamento que é a soma das vendas de uma empresa em um determinado período das micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional mostrou crescimento anual de 52,58% no período analisado de 2009 até 2013, sendo que o faturamento em 2009 ficou em R\$ 1.539.130.540,00, representando 4,18% do faturamento gaúcho no mesmo ano, já em 2013 fechou em R\$ 2.914.292.472, correspondente a 4,16% do estadual. O faturamento destas empresas no Rio Grande do Sul aumentou 52,68% no período analisado. Como mostra o quadro abaixo:

**Quadro 12 – Faturamento das micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional Vale do Taquari e Rio Grande do Sul**

	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Vale do Taquari</b>	1,53bi	1,86bi	2,10bi	2,54bi	2,91bi
<b>Rio Grande do Sul</b>	36,86bi	45,37bi	50,80bi	60,85bi	69,97bi

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da Receita Federal citados pelo SEBRAE – 2014



As micro e pequenas empresas do Vale do Taquari através da capacidade de liderar o próprio processo juntamente com a mobilização de seu potencial ampliam a capacidade agregação de valor sobre a produção, como também sobre a capacidade de absorção da região, trazendo maiores investimento públicos e privados para a região os quais serão revertidos em melhor condição de desenvolvimento socioeconômico para a sua região.

A relação do grande número de estabelecimentos, faturamento e geração de emprego das micro e pequenas empresas foram comprovados através dos quadros e gráficos. Daher (2012) já destacado na base teórica do trabalho abordava que as pequenas e micro empresas são um das principais bases de sustentação da economia, quer pela sua enorme capacidade geradora de empregos, quer pelo representativo número de estabelecimentos desconcentrados geograficamente, possuindo ainda, a capacidade de gerar uma classe empresarial legitimamente nacional, aumentando a participação da economia privada no setor econômico brasileiro.

O SEBRAE (2014) divulgou um Índice de Desenvolvimento Municipal (ID MPE) para as micro e pequenas empresas do ano de 2010 que capta e mede o ambiente de negócios dos municípios, com um índice sintético, que visa subsidiar as estratégias e ações de programas de desenvolvimento local com base na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Tem como propósito orientar as estratégias e políticas locais de promoção empresarial, com o objetivo de captar as condições favoráveis à implantação e crescimento dos pequenos negócios locais. A aplicação da metodologia do ID-MPE no Rio Grande do Sul apresenta os municípios com os melhores ambientes de negócios para o florescimento das MPE's, bem como serve de referencial para a promoção de políticas de desenvolvimento local. Este índice é formado por índices parciais de três dimensões: IDE – Índice de Desenvolvimento Empresarial, IDM: Índice de Desenvolvimento do Mercado Consumidor Local e IDI: Índice de Desenvolvimento do Ambiente Institucional. Abaixo apresenta-se quadro com os maiores e menores índices de desenvolvimento municipal para micro e pequenas empresas dos municípios do Vale do Taquari.

**Quadro 13 – Índice de desenvolvimento municipal para micro e pequenas empresas do Vale do Taquari**

Municípios	Índice	Posição (nível Brasil)
Estrela	0,51616	41 <sup>a</sup>
Bom Retiro do Sul	0,51556	45 <sup>a</sup>
Lajeado	0,49488	57 <sup>a</sup>
Cruzeiro do Sul	0,48252	90 <sup>a</sup>
Forquetinha	0,46868	97 <sup>a</sup>
Arroio do Meio	0,37982	423 <sup>a</sup>
Santa Clara do Sul	0,40112	428 <sup>a</sup>
Pouso Novo	0,38217	468 <sup>a</sup>
Arvorezinha	0,34145	491 <sup>a</sup>

Fonte: SEBRAE – 2014

As boas colocações neste índice reafirmam os bons resultados alcançados pela região no IDESE saúde, renda e educação, assim como a ativa e decisiva participação dos agentes regionais de desenvolvimento neste processo. Os dados mostrados apenas confirmam a afirmação feita durante o trabalho resumindo, segundo as palavras de Garófalo (2009), de que as micro e pequenas empresas são empreendimentos com flexibilidade, capacidade de adaptação rápida a alterações de cenário econômico e se constituindo em agentes de mudança, assumem importância ascendente no processo de desenvolvimento. Através delas, os países têm a possibilidade de atenuar o poderio abusivo geralmente exercido pelas grandes organizações no mercado e em períodos de crise conseguem através de suas características intrínsecas constituir alternativa para minorar o desemprego e contrabalançar a queda do nível de atividade.

#### **4.2 As micro e pequenas empresas como agentes regionais de desenvolvimento**

No Vale do Taquari podemos citar como agentes regionais de desenvolvimento a Univates como universidade que gera conhecimento técnico-científico. Empresários que através de suas empresas geram empregos e renda para a população local. Prefeituras, secretarias municipais, sindicatos e associações comerciais e industriais, além de outros órgãos representativos de classes, como CODEVAT, AMVAT – Associação dos Municípios do Vale do Taquari, além das micro e pequenas empresas da região. Estes agentes mesmo que involuntariamente

no dia a dia, tomam decisões pela implementação de ações integradas para o desenvolvimento regional, passam a ser os grandes agentes de mudança desse processo, juntamente com a liderança municipal, sua equipe e os principais líderes empresariais e da sociedade gerando capital social, através de confiança, informação, associativismo.

Por serem maioria no Vale do Taquari e no estado as micro e pequenas empresas geram grande parte da renda e emprego, os trabalhadores que eram empregados em médias e grandes empresas assumem a missão de desenvolver sua própria empresa e com isso gerar produção, renda e em seguida, novos postos de trabalho, gerando emprego. Estas empresas correspondem a 46,81% (SEBRAE, 2014) do total de mão de obra empregada por setor de empresa, o Rio Grande do Sul apresenta porcentagem parecida, com 46,13% (SEBRAE, 2014). As micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional do Vale do Taquari apresentam um elevado valor de faturamento apresentando crescimento ano a ano no período analisado, e tornando-se grandes arrecadadoras de tributos possibilitando mais investimentos públicos, visando à melhoria da infraestrutura local e da qualidade de vida das pessoas sendo estas empresas fundamentais para o desenvolvimento endógeno regional. O Vale do Taquari também apresenta, segundo o SEBRAE (2014) cinco cidades entre as 100 cidades do Rio Grande do Sul com maior índice de desenvolvimento dos municípios para as micro e pequenas empresas.

Utilizando-se do estudo de Chaplin (2013) sobre a importância das micro e pequenas empresas para a economia, pode-se mostrar que o autor, nesta direção, destaca pontos em que podemos fazer uma relação direta com as micro e pequenas empresas presentes na região do Vale do Taquari, comprovando através dos índices divulgados no capítulo anterior e também toda a revisão teórica feita ao longo do trabalho, como por exemplo, estas empresas serem a maioria segundo o porte de empresas, apresentando dinamismo e movimentando a economia local, gerarem emprego, pois a economia precisa de empresas locais e as pequenas empresas são as maiores empregadoras no país, aumentam a arrecadação municipal, são estimulados a abrir e formalizar o seu negócio, o resultado natural é o aumento da base de contribuintes, levando ao aumento da arrecadação de impostos diretos e indiretos, além disso, reduzem a necessidade de atração de médias e grandes empresas para gerar emprego e aumentam os recursos financeiros girando na economia local.

Os índices de desenvolvimento socioeconômico apresentados também mostram um nível de desenvolvimento considerado médio segundo os padrões definidos, com valores sempre acima da média estadual no IDESE geral e no IDESE bloco educação, já no IDESE bloco renda a região apresentou valores abaixo da média do estado do Rio Grande do Sul. Já no IDESE bloco saúde os valores regionais levaram a um padrão de alto desenvolvimento, bastante acima do constatado no âmbito estadual.

Juntando o poder público e segmentos da população, como agentes internos de desenvolvimento pode-se alcançar desenvolvimento econômico com uma melhor qualidade de vida à população. Exemplo disto é o CODEVAT, que surge como um importante instrumento de integração das ações do poder público com as organizações privadas. O conselho permite promover a participação de todos os segmentos da sociedade local, discutindo problemas, identificando os pontos potenciais, na definição de prioridades regionais, projetos de investimentos e ações que através de um planejamento estratégico visem o desenvolvimento econômico e social dos municípios e região.

Assim, o conceito de desenvolvimento contempla além de crescimento econômico, alguns indicadores que demonstram resultados das condições sociais dos atores locais no que se refere à sua qualidade de vida, para tanto, a alocação de recursos via políticas públicas nos diferentes setores da economia procura melhorar indicadores socioeconômicos como pobreza, desemprego, desigualdades sociais, condições de saúde, alimentação, moradia, educação e etc. A conciliação das políticas impulsionadoras do crescimento com objetivos locais é o proporcionador de bons resultados ao desenvolvimento da região, além disso, a região deve sempre ser vista como um ator social, componente do processo de planejamento e não apenas como fator geográfico, juntamente com as micro e pequenas empresas que contribuem para o desenvolvimento da região.

Concluindo a análise, é possível afirmar que as micro e pequenas empresas apresentam grande importância socioeconômica como agentes de desenvolvimento local/regional endógeno do Vale do Taquari uma vez que são grandes geradoras de renda e emprego para a população, gerando também capital social, através do estímulo ao empreendedorismo e a inovação, apoiando a criação de novas empresas e estimulando o desenvolvimento de capacitações locais e a diversidade das atividades econômicas na região.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo analisar a importância das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento econômico do Vale do Taquari, assim como as formas de desenvolvimento local/regional e endógeno e a participação do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Taquari neste processo.

Em se tratando de desenvolvimento local/regional inevitavelmente relaciona-se o desenvolvimento ao papel das micro e pequenas empresas. Em todo o país, estas empresas representam uma importante atividade principalmente em cidades periféricas e do interior. No Vale do Taquari esta realidade não é diferente, é preciso incentivar o crescimento e evolução empresarial para que haja o desenvolvimento local nas esferas econômica e social. O papel estratégico desempenhado pelas micro e pequenas empresas, tanto nos setores agrícola, de serviços, industrial, de comércio e construção civil de qualquer economia, além de importante fonte de geração de emprego, interiorização do desenvolvimento, distribuição de remuneração, redução da desigualdade social e também de formação de mão de obra, possibilita desenvolverem-se para grandes empreendimentos e são responsáveis também, por significativa parte dos negócios que ocorrem no ambiente econômico.

O conjunto das micro e pequenas empresas possui um portfólio diversificado de produtos e serviços, diversidade de padrões de produção, apresenta-se bastante versátil e preparado para mudanças, além de estar inserido em vários meios sociais e locais da sociedade regional características muito importantes em meio ao desenvolvimento capitalista. A maioria das pessoas costuma associar a presença de grandes empresas com o desenvolvimento de determinada região. Normalmente vê-se gestores públicos empenhados em atrair empresas para sua cidade ou região na expectativa de que as mesmas incrementem a arrecadação tributária, a geração de empregos e toda a atividade econômica local. Embora haja esta tendência do capitalismo moderno em concentrar grandes empresas, o lugar das micro e pequenas empresas estará sempre garantido em atividades como serviço e comércio, em que as economias de escala não são tão relevantes como ocorre na indústria.

Ao contrário daquilo que se poderia pensar à primeira vista, a globalização veio justamente reforçar a importância do desenvolvimento local, visto que cria a necessidade da formação de identidades e de diferenciação das regiões e das comunidades, para enfrentarem um mundo de extrema competitividade. As micro e pequenas empresas fortalecem o processo de afinidade social, e este processo permite construir em volta da valorização das regiões uma sociedade com princípios e objetivos. A importância disto é mostrar que em um clima de cooperação, confiança e união, princípios estes geradores de capital social, entre os segmentos da sociedade que através da complementaridade e interesse em agir para o desenvolvimento do seu povo, são capazes de promover uma melhoria na qualidade de vida das pessoas em uma determinada região, constituindo um dos alicerces mais eficientes para o processo de desenvolvimento.

Para alcançar o desenvolvimento, precisa-se atuar no local sem perder de vista a inserção global, ou seja, a partir das especificidades regionais, planejar a região e atuar em múltiplas escalas, nos municípios, nas regiões, no estado e no país, faz-se necessária a atuação dos agentes regionais de desenvolvimento que devem pensar localmente, porém agir globalmente como, por exemplo, as pequenas e micro empresas, pois são uma das principais bases de sustentação da economia regional, quer pela sua enorme capacidade geradora de empregos, quer pelo representativo número de estabelecimentos desconcentrados geograficamente. O objetivo é integrar interesses locais regionalmente, criar um modelo próprio e inseri-lo na dinâmica do desenvolvimento.

Apesar de muito importantes na economia e na sociedade as micro e pequenas empresas por serem responsáveis por parte considerável do emprego, força de trabalho na economia e na geração de renda, essas empresas estão marcadas pelas profundas desigualdades de produtividade, de acesso ao financiamento e recursos próprios para investimento, capacidade de inovação tecnológica, alta taxa de mortalidade, emprego informal, perfil inadequado do empreendedor, inexperiência com a gestão dos negócios e planejamento tudo isto demanda políticas públicas específicas à realidade das micro e pequenas empresas, pensando nos desafios e perspectivas delas no cenário contemporâneo, caracterizado por importantes mudanças produtivas.

Na região do Vale do Taquari, o qual foi o tema do trabalho, pode-se perceber que faltam entidades regionalizadas de apoio, que estejam mais próximas para auxiliar no entendimento das dificuldades e incentivando às oportunidades que a região proporciona. Promover o desenvolvimento a partir da inovação tecnológica, de pesquisas, de patentes, de negócios inovadores, do empreendedorismo e da qualificação da mão de obra, para maior inserção no mercado globalizado e qualificação das empresas locais e dos produtos regionais. Isto porque, o desenvolvimento requer não só a criação e a reprodução do capital econômico, mas também melhoria na vida da sociedade requer também a implementação de políticas públicas, a evolução das empresas que sustentam a economia local.

Acredita-se que os fundamentos teóricos – em especial, sobre o desenvolvimento regional endógeno – foram capazes de demonstrar a importância das micro e pequenas empresas na economia regional e, desta maneira, a necessidade do apoio a tais empreendimentos para a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento regional. Da mesma forma, ao se reunir elementos quantitativos que comprovam a participação tanto econômica das micro e pequenas empresas e a parte social através dos índices de desenvolvimento, e posicioná-los na análise da importância das micro e pequenas empresas como agentes de desenvolvimento econômico no Vale do Taquari, entende-se que foi dado um passo adiante na tentativa de se melhor entender a importância social e econômica dos pequenos negócios.

A economia regional tem participação determinante das micro e pequenas empresas que oferecem oportunidades de trabalho a todos os segmentos da população. Incentivar estas empresas aparenta ser o caminho mais curto para conquistar o desenvolvimento regional, ampliando empregos, renda, fortalecendo a comunidade regional e sua economia e melhorando a sua qualidade de vida. É necessário ampliar a participação dos pequenos negócios na economia local, pois a população em geral também é beneficiada com a dinamização da economia e a inclusão de trabalhadores e empreendedores formais na cadeia produtiva de suas economias. Isso tudo leva a geração de capital social e conseqüentemente a um desenvolvimento econômico local/regional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, Cintia. Desenvolvimento regional sustentável: a formação de capital social dos tipos “bonding” e “bridging” no Vale do Taquari. *Estudo & Debate*, Lajeado, v. 22, n.1, p. 27-41, 2015. Disponível em: <[www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/1271/732](http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/1271/732)>. Acesso em: 23 ago. 2016.

ALVIM, A. M.; CALANDRO, M. L.; SOUZA, O. T. *Os desafios do desenvolvimento, tendências e perspectivas para a economia gaúcha*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

AMARAL FILHO, Jair. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: *Planejamento e políticas públicas*. Brasília, IPEA, n. 14. dez, 1996. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/129/131>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

ANDRADE, Daniela Meirelles; REZENDE, Cristiane Ferreira e REZENDE, Daniel Carvalho de. *Gestão e sucessão em empresas familiares: um estudo de caso no ramo de laticínios*. In: EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 3. 2003. Brasília. Anais... Brasília:UEM/UEL/UnB, 2003, p. 949-96.

BANDEIRA, Pedro Silveira. Algumas hipóteses sobre as causas das diferenças regionais quanto ao capital social no Rio Grande do Sul. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 15-59.

BANDEIRA, P. (ORG). *Desenvolvimento Regional, Cultura Política e Capital Social*, 2001, Assembléia Legislativa do RS. Mimeo.

BANTERLI, F. R.; MANOLESCU, F. M. K. As micro e pequenas empresas no Brasil e a sua importância para o desenvolvimento do país. XI ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E VII ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO. Universidade do Vale do Paraíba, 2007. Disponível em: <[http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2007/trabalhos/sociais/inic/INICG00512\\_01O.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2007/trabalhos/sociais/inic/INICG00512_01O.pdf)>. Acesso em 14 jun. 2016.

BARQUERO, Antonio Vázquez. *Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização*. Porto Alegre: FEE, 2002.

BECKER, D.F. Capital social: um “novo” (velho) paradigma de organização social dos diferentes processos de desenvolvimento regional. Lajeado: *Estudo & Debate*, ano 09, n.01, 2002. p.7-26.



\_\_\_\_\_. A economia política do (des)envolvimento regional contemporâneo. In Becker, D e Wittmann, M.. (org) “*Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*” EDUNISC, 2003, p37-66.

\_\_\_\_\_. A contradição em processo: o local e o global na dinâmica do desenvolvimento regional. In Becker, D e Wittmann, M.. (org) *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares* EDUNISC, 2003, p67-115.

\_\_\_\_\_. Necessidades e finalidades dos projetos regionais de desenvolvimento local. In Becker, D. F. e Bandeira, P. S. (org) “*Desenvolvimento local-regional determinantes e desafios contemporâneos*”. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 129-147.

BECKER, D. F. ; BANDEIRA, P. S. (Orgs). *Desenvolvimento local-regional determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

BUTTENBENDER, P. L. et al. Conselhos regionais de desenvolvimento (COREDES) RS: articulações regionais, referenciais estratégicos e considerações críticas. *DRd – Desenvolvimento Regional em debate*. Ano 1, n. 1, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/viewFile/66/91>>. Acesso em: 12 maio 2016.

CHAPLIN, Luciano. *Porque as micro e pequenas empresas são importantes para o município?*. 2013. Disponível em: <<http://lucianochaplin.blogspot.com.br/2013/01/por-que-as-micro-e-pequenas-empresas.html#!/2013/01/por-que-as-micro-e-pequenas-empresas.html>>. Acesso em: 03 out. 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. *Administração: teoria, processo e prática*. São Paulo: Makron Books, 1994.

CODEVAT. Desenvolvido pelo Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari.1995-2013. Apresenta informações gerais sobre o conselho. Disponível em: <<http://www.codevat.org.br/site/home>>. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

DAHER, D. M. et al. *As micro e pequenas empresas e a responsabilidade social: uma conexão a ser consolidada*. 2012. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/54716865.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

DALLABRIDA, V. R.; AGOSTINI C. Desenvolvimento local e regional em questão: uma compreensão a partir do enfoque de um “Economia Política Neogramsciana” do desenvolvimento contemporâneo. *Desenvolvimento em Questão*, vol. 7, núm. 14, julho-dezembro, 2009, pp. 9-41.Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.unc.br/mestrado/docs/ARTIGO-DESENVOLVIMENTO-EM-QUESTAO-9.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2016.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D, F. Dinâmica territorial do desenvolvimento. In Becker, D e Wittmann, M.. (org) “*Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*”. EDUNISC, 2003, p175-213.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Sustentabilidade e endogenização: novos paradigmas para o desenvolvimento regional. In Becker, D. F. e Bandeira, P. S. (org) “*Desenvolvimento local-regional determinantes e desafios contemporâneos*”. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 187-228.

DOTTO, D. M. R. et al. Estudos regionais comparados: reflexões sobre o capital social. In Becker, D e Wittmann, M.. (org) “*Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*”. EDUNISC, 2003, p229-244.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. Perfil Socioeconômico. Disponível em:

<<http://www.fee.rs.gov.br/perfilsocioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+T+aquari>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

FALEIRO, S. N. et al. Comportamento empreendedor dos proprietários de micro e pequenas empresas. XXIV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. 2006. Disponível em:

<<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ENN161.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.

FILHO, Jair do Amaral. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. *Planejamento e políticas públicas*. 2001. In IPEA, n. 23. p. 262- 286. Disponível em:

< <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89>>.

Acesso em: 26 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. *Planejamento e políticas públicas nº 14*. 1996. Disponível em:

<<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/129>>.

Acesso em: 02 maio 2016.

FILHO, Jorge Renato de Souza. *Cooperação e participação: novas formas de gestão de políticas públicas para o desenvolvimento regional*. Disponível em:

<<http://capitalsocial.xpg.uol.com.br/artigos/artigo3.rtf>>.

Acesso em: 25 ago. 2016.

FOCHEZATTO, A. *Desenvolvimento regional: novas abordagens para novos paradigmas produtivos. O ambiente regional. Três décadas da economia gaúcha*, v. 1, 2010. Disponível em:

<<http://www.fee.rs.gov.br/3-decadas/downloads/volume1/5/adelar-fochezatto.pdf>>.

Acesso em: 13 abr. 2016.

FUKUYAMA, Francis. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GARÓFALO, G. de L. As micro e pequenas empresas em um contexto de desenvolvimento econômico – realidade brasileira e confronto com Portugal. 2009. Disponível em:  
<[http://www.oeb.org.br/ADM/depoimentos/public/meus\\_arquivos/VersaoFinalPaperXIIIASEPELTGLG.pdf](http://www.oeb.org.br/ADM/depoimentos/public/meus_arquivos/VersaoFinalPaperXIIIASEPELTGLG.pdf)>. Acesso em: 3 out. 2016.

GIL, Antonio Carlos. *Técnicas de pesquisa em economia*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GRABOWSKI, V. C.; BADALOTTI, R. M. Dificuldades e perspectivas no acesso de micro e pequenas empresas a linha de crédito públicas. *Administração Pública*, vol.48 no.5, Rio de Janeiro, Set./Out. 2014. Disponível em:  
< [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122014000500011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000500011)>. Acesso em: 29 ago. 2016.

GUERRA, O.; TEIXEIRA, F. A sobrevivência das pequenas empresas no desenvolvimento capitalista. *Economia Política*, vol. 30 no.1, São Paulo, Mar.2010. Disponível em:  
< [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572010000100008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000100008)>. Acesso em 29 ago. 2016.

HAN, Gregório W. S. Desenvolvimento local: os desafios frente à globalização hegemônica. Curitiba: *Vitrine da Conjuntura*, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:  
<<http://www.ibge.com.br/home/>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em:  
<<http://www2.camara.leg.br/a-camara/altosestudos/pdf/capacitacao-micro-empresas/ipea>>. Acesso em: 05 set. 2016.

LIMA, Jacob Carlos. A teoria do capital social na análise de políticas públicas. *Revista política & trabalho* – edição 17. 2001. Disponível em:  
<<http://www.okara.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6481/40>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

MALLMANN, Lígia Margarete. *Gestão empresarial: o papel das micro e pequenas empresas no desenvolvimento do Vale do Rio Taquari/RS*. 2008. 98 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado)-Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2009. Disponível em:  
<<http://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/668/1/Ligia.pdf>>. Acesso em 16 mar. 2016.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. *Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local*. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>>. Acesso em 31 maio 2016.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. *Desenvolvimento Local e o Papel das Pequenas e Médias Empresas*. 1. ed. São Paulo: Manole, 2004.

MONASTERIO, Leandro Monteiro. Medindo o capital social: uma análise das regiões do Rio Grande do Sul. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 61-84.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 123-148.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em:  
<<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em: 05 set. 2016.

OLIVEIRA, G. C. P. G. de. *Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Endógeno: redes de cooperação*. 2003.  
Disponível em:  
< [www.fee.rs.gov.br/4-encontro-economia-gauchaestudos-setoriais-sessao5-3.doc](http://www.fee.rs.gov.br/4-encontro-economia-gauchaestudos-setoriais-sessao5-3.doc)>.  
Acesso em: 24 maio 2016.

OLIVEIRA, M. A. F. de; WITTMANN, M. L. Sistema integrado de gestão: uma nova abordagem para integrar a competitividade das organizações com o desenvolvimento regional. In Becker, D e Wittmann, M.. (org) “*Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares* ” EDUNISC, 2003, p285-318.

OLIVEIRA, M. A. F. de. *Gestão empresarial e desenvolvimento regional: um modelo de gestão voltado à alavancagem da sustentabilidade das micro, pequenas e médias empresas de base local*. 2009. 372 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado)-Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2009. Disponível em:  
<<http://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/652/1/MarcoOliveira.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

PAIVA, Carlos A. *Aglomerações, arranjos e sistemas produtivos locais: o que são, como se diferenciam e quais as políticas mais adequadas ao seu desenvolvimento?* 2003. Disponível em:  
<[home.ufam.edu.br/.../DESEN.%20LOCAL.%20PAIVA.%20AglomeracoesArranjos](http://home.ufam.edu.br/.../DESEN.%20LOCAL.%20PAIVA.%20AglomeracoesArranjos)>.  
Acesso em: 24 maio 2016.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

RAMOS, M.; MARIÑO J. M. F. Democracia e desenvolvimento: uma discussão teórica conceitual para entender diferenças regionais. In Becker, D e Wittmann, M.. (org) *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares* . EDUNISC, 2003, p217-228.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto-Lei n. 10.283, de 17 de outubro de 1994. *Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, RS.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 11.179, de 17 de junho de 1998. *Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, RS.

SCHMITT, Cíntia Porto. Desenvolvimento regional endógeno X desenvolvimento regional exógeno – estudo de caso em Candelária – RS. 2010. 149 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado)-Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2009.

Disponível em:

<<http://btd.unisc.br/Dissertacoes/CintiaPorto.pdf>>.

Acesso em: 27 abr. 2016.

SEBRAE. *Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira*.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE (2014). Disponível em:

<<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>.

Acesso em: 12 abr. 2016.

SILVA, A. B. da. et. al. Desafios enfrentados pelas micro e pequenas empresas no Brasil. *Conexão Eletrônica*, Três Lagoas/MS, v. 12, n. 2, 2015. Disponível em:

<[http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2015/downloads/3.%20Ci%C3%A4ncias%20Sociais%20Aplicadas%20e%20Ci%C3%A4ncias%20Humanas/013%20\(Adm\)%20Desafios%20Enfrentados%20pelas%20Micro.pdf](http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2015/downloads/3.%20Ci%C3%A4ncias%20Sociais%20Aplicadas%20e%20Ci%C3%A4ncias%20Humanas/013%20(Adm)%20Desafios%20Enfrentados%20pelas%20Micro.pdf)>.

Acesso em: 14 jun. 2016.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento Econômico*. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ULTRAMARI, C.; DUARTE F. *Desenvolvimento local e regional*. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.

UNIVATES. Universidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior.

Disponível em:

<<https://www.univates.br/servicos/banco-de-dados-regional/aspectos-do-vale>>.

Acesso em 05 set. 2016.

WITTMANN, M. L.; DOTTO D. M. R.; BOFF, V. A. Desenvolvimento regional: análise de processos organizacionais de desenvolvimento integrado. In Becker, D e Wittmann, M.. (org) *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*. EDUNISC, 2003, p319-339.

WITTMANN, M. L.; DOTTO, D. M. R. Cooperação empresarial e desenvolvimento regional – redes de pequenas e médias empresas dos Vales do Rio Pardo e Taquari/RS. XXIII ENCONTRO NAC. DE ENG. DE PRODUÇÃO – Ouro Preto, MG, Brasil, 21 a 24 de out de 2003. Disponível em:

<[http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2003\\_TR0706\\_0748.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2003_TR0706_0748.pdf)>.

Acesso em: 21 set. 2016.